Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lira avisa que arcabouço fiscal será mudado . . . 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
União vence no STJ disputa tributária de R$ 2,4 bilhões . . . 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Para conter bomba de R$ 19 bi, governo cede na MP do Bolsa Família . . . 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Ajustar a Previdência para ancorar o fiscal (Artigo) . . . 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
Lula retira grades do Planalto e diz que democracia voltou . . . 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
Esquerda critica proposta de congelar salário do funcionalismo e concursos . . . 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Entrega do relatório da reforma tributária é adiada . . . 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lira defende reformas liberais e é aplaudido por empresários em NY . . . 14

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Lira defende aprovação do arcabouço fiscal, mas diz que texto será modificado . . . 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Análise: Lula precisa de um governo para chamar de nosso . . . 17

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Dólar abre em alta, com arcabouço fiscal e política monetária no radar . . . 19

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Governo conta com reforma tributária para estabilizar a dívida pública com menor esforço fiscal . . . 20

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Em 100 dias, Congresso ainda não votou os grandes projetos do governo, criou 4 CPIs e mantém clima de polarização . . . 22

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA
Cerco do governo aos importados nos sites de e-commerce pode gerar até R$ 30 bi em impostos, calcula varejo nacional

. 24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Haddad: empresários japoneses querem acordo comercial com o Mercosul 26

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
União deixou de arrecadar R$ 525 bi em impostos em 2022; veja lista de isenções e privilégios
. 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
PT ensaia contrariar equipe econômica 29

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Raskólnikov e o novo arcabouço fiscal (Artigo) 31

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Arcabouço é travessia para patamar mais favorável (Artigo) 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Empresas têm até o fim de julho para regularizar impostos federais 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Arcabouço fiscal sem bloqueio é frágil, dizem consultorias da Câmara 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Freio na inflação eleva aposta de que EUA vão parar de subir os juros 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Deputados pressionam por menos exceções no arcabouço e mais sanções 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Prever punições e reduzir brechas reforça âncora, dizem economistas 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Juros, o osso duro de roer (Editorial) 43

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
Relator faz bem em endurecer arcabouço fiscal (Editorial) 44

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Arcabouço: governo tenta evitar emendas ao texto 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Para economista-chefe do BID, tensão entre governo e BC é algo "natural" 47

Lira avisa que arcabouço fiscal será mudado

Joédson Alves/Agência Brasil

Lira (E) elogiou o titular da Fazenda, Fernando Haddad: "O ministro tem tido um comportamento elogiável"

»»DENISE ROTHENBURG Enviada especial

Nova York - Num talk show durante o Brazil Summit, promovido pelo Financial Times, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi incisivo ao dizer que, sem o novo arcabouço fiscal, o tema mais urgente que a Casa tem para votar, "o país não terá uma diretriz e ficará no limbo". Porém, isso não significa que o texto passará sem alterações no Congresso.

Lira afirmou que a proposta tem uma "espinha dorsal razoável", mas que a Casa fará alterações, "deixando mais claro os enforcements para quando as metas não forem cumpridas". Ele frisou que essas obrigações ou execuções, que devem ser incluídas no texto, não serão impostas ao CPF dos funcionários, mas ao CNPJ do governo.

"O governo terá obrigações claras para quando as metas não forem cumpridas, se não forem cumpridas, o que acontece. Então, todas as nossas tratativas são para entregar um arcabouço em que o país tenha responsabilidade fiscal, não esquecendo a possibilidade da diminuição das desigualdades sociais", frisou.

Ao mesmo tempo em que participa de uma série de eventos em Nova York, o presidente da Câmara organiza a próxima semana, em Brasília, para a retomada da discussão do projeto das fake news e do próprio arcabouço fiscal, cujo texto será apresentado em breve pelo relator Cláudio Cajado.

Segundo Lira, Cajado está tratando das modificações com o próprio governo e os partidos. Quanto à redução das desigualdades, ele afirmou ser "uma tese que o governo defende e é próprio de cada governo democraticamente defender as pautas que encaminha no período eleitoral". "Mas acho que é possível fazer com que as duas tenham convergência de atacar as necessidades de um país ainda muito desigual, como o Brasil, mas não desconhecer os aspectos fiscais, de responsabilidade, de nunca gastar mais do que arrecada. Você tem ali os seus parâmetros, e o Congresso vai contribuir para que esse texto seja aprimorado", afirmou.

Tributária

Além do arcabouço, Lira reforçou a prioridade da **reforma tributária**, que considera uma oportunidade única para o país. "Essa discussão está sendo tratada com muita transparência e boa-fé. Nunca vi o Congresso tão empenhado na discussão desses temas", ressaltou.

No entanto, está cada vez mais claro que alguns setores terão tratamento vip nesse debate, sob pena de não se conseguir avançar. "Alguns setores serão tratados com especificidades? Penso que sim. E outros setores vão ter de entender que têm alguns setores que, ou são tratados com especificidades, ou não teremos votos para aprovar a reforma mais branda ou mais complexa", destacou.

A reforma administrativa - reclamada pelos setores privado e financeiro, que temem descontrole nos gastos - ficará na gaveta por mais algum tempo, porque não há um clamor popular para que seja votada. "Com tantas pautas econômicas, entrar com mais uma, sem apoio popular, a gente pode ter o risco de não aprovar nenhuma", argumentou.

Embora o texto esteja pronto para ir a plenário, o presidente da Câmara lembrou que, todas as vezes em que o assunto é tratado, acaba "sequestrado" por um "lobby muito bem articulado de sindicatos". Porém, se houver apelo popular, a proposta irá a plenário. Caso contrário - sustentou Lira -, "não dá para comprar 10 brigas de uma vez, senão você leva um murro e vai ao chão".

Por isso, a prioridade será para a tributária: "Se conseguirmos fazer uma reforma mais dura, com um prazo de transição maior, ou uma possível, com um prazo de transição menor, o Brasil já terá dado um passo para atrair investimentos. O Brasil precisa demonstrar que é um país, principalmente, com segurança jurídica para investimento. E essa segurança há de vir com uma tributação simples e definida." Ele também fez questão de elogiar o ministro

da Fazenda, Fernando Haddad: "O governo tem uma ideologia própria. O partido majoritário do governo é o PT. O ministro Haddad tem tido um comportamento elogiável, tem conversado muito, feito interlocução política diretamente com o Senado, com a Câmara. A equipe econômica tem dado demonstrações de que não vai pelo caminho do sectarismo, porque isso não vai levar a nada".

O que Lira deseja é retomar o protagonismo do Congresso em relação ao orçamento da União. Nesse sentido, ele repetiu o que havia dito no evento do LIDE. "Embora Lula esteja no seu terceiro mandato, é uma realidade completamente diferente de quando ele foi presidente das outras vezes. O Brasil de 2002 não é o de 2023. O que penso que tem de ter é uma mudança de temperamento do governo como um todo", sugeriu.

A repórter viajou a convite do LIDE

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/11/all.pdf

União vence no STJ disputa tributária de R$ 2,4 bilhões

Ministros da 1ª Seção seguiram no julgamento da "tese filhote" da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins o voto divergente de Gurgel de Faria

Joice Bacelo e Beatriz Olivon De São Paulo e de Brasília

A União venceu, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), mais uma valiosa discussão tributária - avaliada em R$ 2,4 bilhões. Envolve empresas que recolhem Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL pelo regime do lucro presumido.

Os ministros decidiram pela inclusão do ICMS na base de cálculo desses **tributos** federais.

Trata-se de uma "tese filhote" da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins - a chamada "tese do século", concluída pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2021, que gerou bilhões em créditos fiscais.

Se, nesse caso, os ministros tivessem seguido a mesma linha adotada pelo STF, permitindo a exclusão do ICMS, as alíquotas de IRPJ e CSLL seriam aplicadas sobre uma base menor e, consequentemente, as empresas pagariam menos **tributos** ao governo federal. Poderiam, além disso, recuperar os valores que foram pagos nos últimos cinco anos.

Com a decisão contrária, no entanto, a situação se inverte: a **Receita Federal** pode exigir os valores das empresas e também cobrar, com multa e juros, o que deixou de ser pago em anos passados.

O julgamento ocorreu ontem na 1ª Seção e tem efeito vinculante (REsp 1767631 e REsp 772470). A decisão deve ser replicada a todos os processos que estão na primeira e segunda instâncias e também nas duas turmas que julgam as questões tributárias no STJ - 1ª e 2ª.

Estão no regime do lucro presumido- e serão afetadas pela decisão - as empresas com faturamento anual de até R$ 78 milhões. Nessa modalidade, a apuração do IRPJ e da CSLL é feita de forma simplificada.

As companhias aplicam um percentual previsto em lei (que varia conforme os setores) sobre o faturamento bruto e o resultado serve de base para a incidência dos **tributos**.

A discussão, no STJ, era se os valores correspondentes ao ICMS que constam nas notas fiscais dos produtos e são repassados pelas empresas aos governos estaduais poderiam ser considerados receita bruta e contabilizados para fins de IRPJ e CSLL.

Advogados de contribuintes sustentam que, no julgamento da "tese do século", o Supremo disse que ICMS pertence a terceiros - os Estados - e não poderia, por esse motivo, ser enquadrado como faturamento ou receita bruta, que serve de base de cálculo para PIS e Cofins.

"Se não é receita própria da empresa, então também não pode ser para fins de IRPJ e CSLL, sob pena de afronta à capacidade contributiva ao tributar o que sequer é receita do contribuinte", diz Ricardo Elias Chahine, do escritório Bonaccorso, Cavalcante, Oliveira e Ristow Sociedade de Advogados, que representa empresa envolvida em um dos processos analisados no STJ.

A alegação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por outro lado, é a de que o STF não retirou qualquer tributo pago pelo contribuinte da receita bruta. A decisão da "tese do século", portanto, não poderia ser automaticamente aplicada para outras situações.

Esse julgamento teve início em outubro do ano passado - e os contribuintes largaram na frente.

A relatora, ministra Regina Helena Costa, votou para que as empresas do lucro presumido pudessem excluir o ICMS do cálculo do IRPJ e da CSLL.

"Receita não pode ser uma coisa para um tema e ter outro conteúdo para outro tema", afirmou na ocasião,

dando razão aos contribuintes de que o STF já havia decidido o que é receita e excluído o ICMS. "Não podemos criar outro conceito." Mas não conseguiu convencer os demais julgadores. O julgamento, ontem, foi retomado como voto-vista do ministro Gurgel de Faria, que divergiu e foi acompanhado por todos os demais ministros que participaram da votação - Herman Benjamin, Mauro Campbell, Benedito Gonçalves e Assusete Magalhães.

Gurgel afirmou, em seu voto, que o STJ analisa as questões com base na legislação federal e a lei determina, expressamente, que o valor do ICMS integra a receita para fins de tributação de IRPJ e CSLL no regime do lucro presumido.

"A adoção da receita bruta como eixo da tributação do lucro presumido demonstra a intenção do legislador de impedir quaisquer deduções, tais como **impostos**, custos das mercadorias ou serviços, despesas administrativas ou financeiras, tornando bem mais simplificado o cálculo dos referidos **tributos**", disse.

O percentual de presunção - que se aplica sobre a receita bruta para chegar a base de incidência do IRPJ e da CSLL -, acrescentou o ministro, estabelece a margem de lucro da atividade e também acaba por presumir o percentual de despesa dessa mesma atividade. "E o ICMS é uma dessas despesas", frisou.

Para Gurgel, a exclusão do ICMS, como querem os contribuintes, acabaria permitindo uma combinação do lucro presumido e do lucro real.

As empresas que recolhem IRPJ e CSLL pelo lucro real calculam todas as suas receitas e todas as suas despesas para encontrar a base dos **tributos** e o ICMS pode ser abatido.

Os contribuintes ainda podem apresentar embargos de declaração contra essa decisão. Com esse recurso não se consegue modificar o mérito. É usado para esclarecer dúvidas, omissões e obscuridades.

"Fato é que o IRPJ e a CSLL continuarão sendo exigidos sobre o ICMS pago pelas empresas comerciais e industriais, o que, na nossa visão, desafia o pronunciamento final do STF", diz Thiago Francisco Ayres da Motta, sócio do escritório Castro Barros Advogados.

Eduardo Suessmann, sócio do Suessmann Advogados, chama atenção, além disso, que essa mesma decisão deve ser replicada pelos ministros às discussões que tratam sobre a inclusão do ISS no cálculo do IRPJ e da CSLL das empresas do lucro presumido. "Porque já estavam suspendendo os casos que tratavam dessa matéria para aguardar o julgamento do ICMS", afirma.

A batalha das "teses filhotes" tem sido bastante dura para os contribuintes. Está difícil de emplacar no STJ e também no STF.

Além do julgado de ontem, o STJ havia, anteriormente, decidido contra excluir a Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta (CPRB) do cálculo do PIS e da Cofins. O STF, por sua vez, já se posicionou contra as exclusões do ICMS e do ISS da base da CPRB.

Site: https://valor.globo.com/virador/#/edition/187541

Para conter bomba de R$ 19 bi, governo cede na MP do Bolsa Família

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na frente do Palácio do Planalto Adriano Machado/Reuters

Idiana Tomazelli Thaísa Oliveira

Os articuladores políticos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisaram entrar em campo nesta quarta-feira (10) e ceder ao Congresso para desarmar uma bomba de R$ 19 bilhões na MP (medida provisória) do Bolsa Família.

Uma emenda do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) buscava, na prática, permitir que famílias acumulassem o recebimento do Bolsa Família com o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Para evitar a aprovação dessa mudança, que teria efeito imediato nas contas públicas, o Executivo precisou concordar com uma autorização para que o tema seja regulamentado no futuro. O meio-termo minimiza e adia o impacto fiscal, mas o Congresso já avisou que vai cobrar sua implementação.

O BPC é um benefício no valor de um salário mínimo (hoje em R$ 1.320), e seu recebimento é contabilizado no cálculo da renda familiar por pessoa, de acordo com a MP editada por Lula.

Como o Bolsa Família é concedido a quem recebe até R$ 218 por pessoa, a inclusão do valor do BPC na renda familiar praticamente inviabiliza o pleito da transferência de renda adicional. O objetivo da emenda era excluir o BPC do cálculo, permitindo que mais brasileiros recebessem o Bolsa Família -que paga um benefício mínimo de R$ 600.

A emenda foi rejeitada pelo relator da MP, deputado Dr. Francisco (PT-PI), mas Vieira apresentou um pedido de destaque, para que a sugestão fosse votada em separado.

Com problemas em sua base aliada no Congresso Nacional, o governo temeu sofrer uma derrota, que teria forte impacto nas contas públicas. O custo da mudança seria de R$ 19 bilhões apenas neste ano, segundo cálculos do MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

Articuladores do Palácio do Planalto foram escalados nesta quarta para resolver o impasse. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi à comissão mista em que a MP era analisada para tentar convencer Vieira a retirar o destaque.

O senador tentou emplacar outro acordo, para excluir do cálculo da renda apenas o BPC pago às pessoas com deficiência. Isso limitaria o impacto a R$ 11 bilhões, segundo Vieira. O governo, porém, seguiu resistindo.

Sem garantia de vitória no voto, o Executivo propôs mudar a redação do texto e incluir uma permissão, não obrigatória, para que haja futuramente o desconto de faixas percentuais do valor do BPC recebido por pessoas com deficiência dessa base de cálculo do Bolsa Família. Na prática, a medida facilitaria a esse público acessar os dois benefícios.

A proposta agradou aos parlamentares defensores da emenda, e houve acordo para a retirada do destaque. Com isso, não há impacto imediato nas contas do governo, mas os senadores já avisaram que vão cobrar do governo a implementação da nova política -o que pode gerar custos no futuro.

"Cada etapa vencida é uma etapa vencida em benefício dos brasileiros e, agora, com o compromisso do governo federal de fazer essa implantação em faixas progressivas, na forma do regulamento, a gente já ganha a possibilidade de, a partir de amanhã, a gente começar a cobrar para que a gente tenha esse atendimento o mais breve possível", disse Vieira durante a votação.

A concessão na MP do Bolsa Família ocorre no momento em que o governo enfrenta dificuldades na

515409-1380897342.1635735907

consolidação de uma base aliada no Parlamento.

No início do mês, o governo Lula sofreu uma derrota após a Câmara derrubar trechos de decretos presidenciais que alteravam dispositivos do Marco do Saneamento, aprovado em 2020, na gestão de Jair Bolsonaro (PL).

O relatório da MP do Bolsa Família já havia passado por concessões. Uma das principais mudanças feitas pelo relator foi a inclusão de lactantes no público-alvo do benefício adicional de R$ 50 por mês. O texto original estendia o bônus para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos e gestantes.

O parecer também autoriza que beneficiários do BPC contratem empréstimos consignados, podendo empenhar até 35% do valor mensal do auxílio no pagamento das prestações -ante 45% para beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Desse percentual, 30% podem ser destinados somente para empréstimos e financiamentos e 5% para despesas do cartão de crédito consignado.

Novo Bolsa Família

O QUE PREVIA A MEDIDA PROVISÓRIA

Inclusão de famílias com renda de até R$ 218 por pessoa

Pagamento de R$142 por membro familiar, assegurado o mínimo de R$600 por família

Adicional de R$ 150 por criança de 0 a 6 anos

Adicional de R$ 50 por criança ou adolescente de7a18 anos e para gestantes

O QUE O CONGRESSO INCLUIU NO TEXTO

Adicional de R$ 50 para lactantes

Autorização para beneficiários do BPC contratarem crédito consignado, com parcela de até 35% do benefício

Autorização para governo descontar da renda familiar uma parcela dos valores recebidos por beneficiários do BPC.

Na prática, medida facilita 0 acúmulo dos dois programas em um mesmo lar. Medida ainda precisa ser regulamentada

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50273&maxTouch=0&_ga=2.124750410.1924709629.1683

Ajustar a Previdência para ancorar o fiscal (Artigo)

Raul Velloso, Consultor econômico

Enquanto o governo bate cabeças em torno de medidas do lado da receita para ancorar o fiscal, insisto que o caminho certo para abrir espaço nos orçamentos públicos é o ajuste da despesa, cabendo, ali, tratar do item de maior peso no total, a Previdência. Na União, o peso desse item no total gasto quase triplicou em 3,5 décadas, passando de 19% para 52%, entre 1987 e 2021. Já os déficits atuariais dos regimes próprios, ou seja, o valor presente dos déficits anuais, totaliza hoje 54% do **PIB**, dos quais 24,5% é a parte da União, 58,4% a dos Estados e 17,1% do total a dos municípios.

Um escândalo!

De forma perfeitamente previsível, regimes previdenciários de repartição simples, como na grandessíssima maioria dos nossos, uma hora envelhecem, e, assim, altos déficits não só surgem, como continuam subindo. É inexorável.

No começo, por serem novos, poucos se aposentam, enquanto as receitas atingem o pico (ou seja, a maioria só contribui). Os gestores abrem os sorrisos, pois a praxe é gastar o excesso de receita sobre despesa previdenciária nisso e naquilo, menos guardar para a fase de vacas magras.

Só que estas uma hora aparecem, pois o envelhecimento convencional turbina o número de aposentados, e a escassez de recursos passa a predominar.

De tanto se bater no tema há algum tempo, a Constituição acabou aderindo à obrigação de ajustar, conforme o parágrafo primeiro do artigo nono da Emenda Constitucional 103/2019: "O equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de **previdência social** deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios". Por que é que, em que pese a lei, quase ninguém se mexe para arrumar a casa previdenciária?

Os times do saudoso Bruno Covas/Ricardo Nunes mais o de Wellington Dias/Rafael Fonteles decidiram obedecer à Constituição e, conforme discutiremos no Fórum Nacional amanhã, às 11h (veja Fórum Nacional - Inae no YouTube), vêm tentando arrumar as respectivas casas da Prefeitura de São Paulo e do Estado do Piauí, a ponto de hoje se destacarem dos demais. Com déficits elevadíssimos, ambos entenderam que é preciso reformar regras, aportar ativos a fundos da área e capitalizar as previdências do jeito certo.

Dessa forma, conseguirão evitar o que é rotina em muitos: os investimentos em infraestrutura virarem pó.

Raul Velloso, Consultor econômico

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Lula retira grades do Planalto e diz que democracia voltou

Servidores retiram as grades que estavam instaladas desde as manifestações de 2013 em frente ao Palácio do Planalto José Cruz/Agência Brasil

Marianna Holanda e Renato Machado brasília

O governo do presidente Lula (PT) retirou na manhã desta quarta-feira (10) as grades que cercavam o Palácio do Planalto há pelo menos dez anos - desde a onda de protestos de 2013, quando Dilma Rousseff (PT) era a presidente da República.

Lula afirmou que a mudança representa a volta da normalidade no Brasil e que as "democracias não exigem muros".

O presidente também disse que vai retirar as grades do Palácio da Alvorada, a residência oficial, e conversar com os presidentes do Congresso e do STF (Supremo Tribunal Federal) para que também retirem as barreiras de contenção.

Ao comentar a iniciativa de retirar as grades do Alvorada, o ele aproveitou para criticar os ex-presidentes Michel **Temer** (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), acrescentando que as estruturas da defesa foram posicionadas porque quem fez coisa errada "tem medo".

"Aquilo [a colocação das grades] foi feita já num momento em que o PT já não governava mais o país. Aquilo foi feito pelo **Temer**. Significa que quem faz coisa errada tem medo. E aquilo ficou durante todo o mandato do "coisa" [referência a Bolsonaro] ", afirmou.

Lula saiu de seu gabinete na tarde da quarta para vistoriar a frente do Palácio do Planalto já sem as grades. Ele desceu a rampa, conversou com jornalistas e abraçou apoiadores.

Ele disse que a ausência das grades não o fez se sentir inseguro. E que ao longo de sua história foi contra muros.

"A democracia voltou neste país. O palácio não precisa estar cercado de grades. Não é que estou inseguro, é que eu tenho certeza absoluta que a democracia não suporta grades. Eu era contra o muro de Berlim, eu sou contra o muro entre Israel e Palestina. Sou contra o muro que o Trump tentava construir no México. E sou contra o muro aqui na frente do Palácio", afirmou o presidente.

Na sequência, Lula também declarou que vai pedir ao novo comandante do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) para remover toda a estrutura de segurança atualmente implementada nas cercanias do Palácio da Alvorada - englobando também o Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB).

No passado, o público podia chegar até a frente do espelho d"água do Alvorada, sem nenhuma barreira.

"Tirar isso aqui é uma demonstração de que o Brasil está voltando a normalidade. Isso aqui nunca teve muro. Eu fui presidente durante oito anos. Quando tiver um evento que tiver que ter uma proteção para garantir, inclusive a segurança do povo, você bota uma grade simples como em qualquer lugar e depois você retira depois do evento. Mas ficar o palácio cercado o tempo inteiro [é inviável] ", afirmou.

"Eu falei para o [ministro do GSI] general Amaro que é preciso tirar aquela muralha de frente a casa do Alckmin. Ou seja, se o Brasil viveu um momento de constrangimento democrático e era preciso cercar a casa, quando se é presidente não é preciso. É só exercitar a democracia", completou.

Lula também afirmou que não pode tomar decisão em nome dos presidentes do Congresso e do STF, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e ministra Rosa Weber, respectivamente. Mas que vai conversar com ambos para desobstruir também a praça dos Três Poderes.

"A gente não precisa estar cercado. Cada um cuida do seu. Se a Suprema Corte quiser tirar, eu acho que não precisa [se sentir inseguro], não precisa porque nós temos segurança. Só não pode negligenciar como da outra vez", afirmou.

Segundo o ministro Paulo Pimenta (Secom), a

determinação para a retirada das grades do Planalto foi dada pelo próprio Lula. Ele disse se tratar de uma questão simbólica.

" [Lula] acha que o ambiente politico que o país está vivendo não justifica essa necessidade, do ponto de vista da beleza da cidade. Momento de união e reconstrução não pode ter esse monte de gradil" disse Pimenta a jornalistas no Planalto.

As barreiras de contenção eram mantidas no local desde a instalação, em 2013.

Lula já tinha criticado as grades em uma cerimônia de reajuste de funcionários públicos no final de abril.

Na ocasião, ele falava do Palácio da Alvorada, que não tem mais o chamado "cercadinho" para jornalistas, mas uma sequência de cones determina o local de acesso.

"Não é possível que tenha que ter um monte de muralha para poder chegar na casa do presidente, que era uma coisa para tirar fotografia. Eu vou aos poucos retirando aquilo lá", disse.

O Planalto é o local onde despacham o presidente e seus principais ministros: Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais, Secreta-ria-Geral, Gabinete de Segurança Institucional e Secom.

Em 8 de janeiro, como as sedes do Legislativo e do Supremo Tribunal Federal, foi palco de atos golpistas e alvo de depredação de apoiadores do ex-presidente Bolsonaro descontentes com o resultado das urnas.

A retirada das grades é feita pelo GSI, sob o comando do general Marcos Antonio Amaro, que sucedeu general Gonçalves Dias. O ex-ministro foi demitido após desgaste gerado por imagens da invasão do palácio em 8 de janeiro.

Em nota, o GSI disse que as grades foram retiradas para manutenção. " Poderão ser utilizadas novamente para complementar e reforçar as medidas de segurança quando a situação recomendar ou com a finalidade de melhor organizar eventos", diz o texto.

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50273

Esquerda critica proposta de congelar salário do funcionalismo e concursos

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília

A proposta em estudo pelo relator do projeto de lei do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PPBA), de congelar salários e concurso para o funcionalismo público em caso de descumprimento das metas fiscais se tornou alvo de críticas de partidos alinhados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), especialmente as legendas de esquerda.

Ontem, Cajado fez uma maratona de reuniões com bancadas partidárias, entre elas, o PSB e o PCdoB, para ouvir sugestões de mudanças no texto, mas ainda demonstrava dúvidas sobre a possibilidade de entregar o parecer ainda nesta semana.

Ele deve se reunir com outras bancadas nesta quinta-feira (11) antes de finalizar o relatório.

O relator não trabalha com o cenário de formalizar a entrega do parecer antes de uma nova conversa com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que retorna hoje de uma viagem ao exterior.

PresidentenacionaldoPT,adeputada Gleisi Hoffmann (PR) afirmou ontem, em publicação no Twitter, que as propostas de alteração que circulam na imprensa e são defendidas pelo mercado "inviabilizam uma políticafiscalanticíclicaevoltadapara o desenvolvimento do país". "Se o relator, deputado Cláudio Cajado, fizer seu relatório com essas alterações, estará fazendo mal ao Brasil", escreveuadirigente.

A proposta do governo prevê que, em caso de descumprimento da meta, o limite para despesas seja reduzido. No entanto, não exige de cortes de gastos, o que foi criticado por alguns analistas.

Líder do PDT, o deputado André Figueiredo (CE) disse ao Valor concordar com alguma medida de congelamento de gastos em caso de descumprimento da meta, mas sinalizou que a sigla é contra que isto recaia sobre os **servidores públicos**.

"Não apoiamos, mas vamos ver como virá o relatório".

O deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) disse que a esquerda tem resistência a essas medidas de redução do Estado e que o fim do teto de gastos foi um avanço importante para o país. "Esperamos que não prosperem, queremos mediar com ele para convencê-lo a não incluir no relatório", afirmou.

Em meio aos rumores de que o próprio PT apresentaria mudanças para alterar o projeto elaborado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR) avaliou que não vê abertura para que a legenda tente mudar o texto.

Apesar de reconhecer que alguns parlamentares do partido defendam mudanças, o líder petista aponta que a maioria da bancada está disposta a defender o texto enviado pelo governo.

Horas após o líder do PSB na Câmara, Felipe Carreras (PE), participar de uma reunião no Palácio do Planalto sobre articulação política, integrantes da bancada pessebista conversaram e sinalizaram disposição em apoiar o avanço da proposta que estabelecerá a nova âncora fiscal.

Anteontem, a bancada do PSD se encontrou e fechou alguma sugestões consideradas importantes para que a sigla apoie o texto relatado por Cajado. A legenda apoiará o novo regime desde que não represente aumento da carga tributária.

Além disso, defendem que seja estabelecido um controle qualitativo das despesas e pontuam que o parecer não retire a responsabilização do gestor pelo descumprimento de meta.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/187541?page=1&section=1

Entrega do relatório da reforma tributária é adiada

O grupo de trabalho (GT) da **reforma tributária** na Câmara adiou a entrega do relatório da proposta, antes prevista para a próxima terça-feira. De acordo com o coordenador do GT, deputado Reginaldo Lopes (PTMG), o documento deve vir à público no fim de maio, ou, no máximo, no início de junho.

Lopes afirmou que o adiamento se deu em razão de agenda.

Segundo ele, ainda faltam encontros com as bancadas e com governadores para discutir a proposta. No entanto, nos bastidores, a intenção do governo é concentrar esforços na aprovação do novo arcabouço fiscal. Em meio à crise na articulação política com o Congresso, a expectativa do governo é encaminhar a proposta de **reforma tributária** apenas após a votação da regra fiscal.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Lira defende reformas liberais e é aplaudido por empresários em NY

As declarações do presidente doa Câmara dos Deputados, Arthur Lira, foram aplaudidas por investidores e empresários como uma barreira de contenção contra a revisão pelo presidente Lula de algumas reformas liberais aprovadas nos últimos anos, nos governos **Temer** e Bolsonaro.

"Os plenários da Câmara e do Senado são formados por congressistas reformadores, liberais, e que foram eleitos legitimamente", disse Lira, no evento Brazil Summit, promovido pelo "Financial Times " em parceria com o Valor. "Eles vão, sem sobra de dúvidas, cuidar do legado das reformas que foram feitas, e de outros que serão encaminhadas ainda neste semestre." Uma boa parte do trabalho, conforme indicou Lira, é impedir que sejam desfeitas reformas do passado recente, como o marco do saneamento. Mas também fazer mudanças em algumas propostas de legislação do governo Lula, como o arcabouço fiscal.

Para ele, o projeto da área econômica têm a espinha dorsal "razoável".

Mas ele disse, sem entrar em maiores detalhes, que é preciso mudá-lo para que haja a responsabilização no caso de descumprimento dos limites de gastos e metas de superávit primário.

"O relator [do projeto] na Câmara [Claudio Cajado (PP-BA)] já discute com o governo e partidos para liberar um relatório com alterações, principalmente deixando mais claros o "enforcement" para quando as metas não forem cumprida", disse, usando o termo em inglês que significa mecanismos para garantir o cumprimento de regra . "Mas não na pessoa física, naquele funcionário ou dirigente, mas no governo como um todo." Lira disse que é sua "obrigação" colocar em pauta a **reforma tributária**, mas reconheceu que é um tema "delicado". Segundo ele, as opções são "fazer uma reforma mais dura com prazo de transição maior" ou "uma reforma possível, com transição menor".

Ele voltou a dizer que a reforma administrativa está pronta para ser votada, mas ponderou que não há um apoio mais claro da sociedade para a sua aprovação, enquanto que sindicatos e grupos de interesse do funcionalismo combatem a proposta de forma mais vocal. "Por enquanto vai ficar parada", disse. "Você não pode pegar dez brigas ao mesmo tempo. Você acaba levando murro de um lado e de outro, acaba no chão."

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/187541?page=1&section=1

Lira defende aprovação do arcabouço fiscal, mas diz que texto será modificado

Denise Rothenburg - Enviada especial

Nova York - Num talk show durante o Brazil Summit, promovido pelo Financial Times, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi incisivo ao dizer que, sem o novo arcabouço fiscal, o tema mais urgente que a Casa tem para votar, o país não terá uma diretriz e ficará no limbo . Porém, isso não significa que o texto passará sem alterações no Congresso.

Lira afirmou que a proposta tem uma espinha dorsal razoável , mas que a Casa fará alterações, deixando mais claro os enforcements para quando as metas não forem cumpridas . Ele frisou que essas obrigações ou execuções, que devem ser incluídas no texto, não serão impostas ao CPF dos funcionários, mas ao CNPJ do governo.

O governo terá obrigações claras para quando as metas não forem cumpridas, se não forem cumpridas, o que acontece. Então, todas as nossas tratativas são para entregar um arcabouço em que o país tenha responsabilidade fiscal, não esquecendo a possibilidade da diminuição das desigualdades sociais , frisou.

Ao mesmo tempo em que participa de uma série de eventos em Nova York, o presidente da Câmara organiza a próxima semana, em Brasília, para a retomada da discussão do projeto das fake news e do próprio arcabouço fiscal, cujo texto será apresentado em breve pelo relator Cláudio Cajado.

Segundo Lira, Cajado está tratando das modificações com o próprio governo e os partidos. Quanto à redução das desigualdades, ele afirmou ser uma tese que o governo defende e é próprio de cada governo democraticamente defender as pautas que encaminha no período eleitoral . Mas acho que é possível fazer com que as duas tenham convergência de atacar as necessidades de um país ainda muito desigual, como o Brasil, mas não desconhecer os aspectos fiscais, de responsabilidade, de nunca gastar mais do que arrecada. Você tem ali os seus parâmetros, e o Congresso vai contribuir para que esse texto seja aprimorado , afirmou.

Tributária

Além do arcabouço, Lira reforçou a prioridade da **reforma tributária**, que considera uma oportunidade única para o país. Essa discussão está sendo tratada com muita transparência e boa-fé. Nunca vi o Congresso tão empenhado na discussão desses temas , ressaltou.

No entanto, está cada vez mais claro que alguns setores terão tratamento vip nesse debate, sob pena de não se conseguir avançar. Alguns setores serão tratados com especificidades? Penso que sim. E outros setores vão ter de entender que têm alguns setores que, ou são tratados com especificidades, ou não teremos votos para aprovar a reforma mais branda ou mais complexa , destacou.

A reforma administrativa - reclamada pelos setores privado e financeiro, que temem descontrole nos gastos - ficará na gaveta por mais algum tempo, porque não há um clamor popular para que seja votada. Com tantas pautas econômicas, entrar com mais uma, sem apoio popular, a gente pode ter o risco de não aprovar nenhuma , argumentou.

Embora o texto esteja pronto para ir a plenário, o presidente da Câmara lembrou que, todas as vezes em que o assunto é tratado, acaba sequestrado por um lobby muito bem articulado de sindicatos . Porém, se houver apelo popular, a proposta irá a plenário. Caso contrário - sustentou Lira -, não dá para comprar 10 brigas de uma vez, senão você leva um murro e vai ao chão .

Por isso, a prioridade será para a tributária: Se conseguirmos fazer uma reforma mais dura, com um prazo de transição maior, ou uma possível, com um prazo de transição menor, o Brasil já terá dado um passo para atrair investimentos. O Brasil precisa demonstrar que é um país, principalmente, com segurança jurídica para investimento. E essa segurança há de vir com uma tributação simples e definida.

Ele também fez questão de elogiar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad: O governo tem uma ideologia própria. O partido majoritário do governo é o PT. O ministro Haddad tem tido um comportamento elogiável, tem conversado muito, feito interlocução política diretamente com o Senado, com a Câmara. A equipe econômica tem dado demonstrações de que não vai pelo caminho do sectarismo, porque isso não

vai levar a nada .

O que Lira deseja é retomar o protagonismo do Congresso em relação ao orçamento da União. Nesse sentido, ele repetiu o que havia dito no evento do LIDE. Embora Lula esteja no seu terceiro mandato, é uma realidade completamente diferente de quando ele foi presidente das outras vezes. O Brasil de 2002 não é o de 2023. O que penso que tem de ter é uma mudança de temperamento do governo como um todo , sugeriu.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5093710-lira-defende-aprovacao-do-arcabouco-fiscal-mas-diz-que-texto-sera-modificado.html

Análise: Lula precisa de um governo para chamar de nosso

Luiz Carlos Azedo

De modo geral, governos populistas são fulanizados , ou seja, organizam sua sustentação política em torno de um líder carismático. Quem primeiro caracterizou esse tipo de liderança foi o sociólogo alemão Max Weber, autor de uma palestra célebre, intitulada A política como vocação , ao separar poder e dominação. Para ele, o poder é o exercício da vontade sobre os indivíduos; a dominação, a aceitação e a subordinação dos indivíduos ao poder exercido por alguém. Há três formas legítimas de dominação, uma delas é a carismática. As outras duas são a legal (um pacto entre os cidadãos para que eles tenham garantidos os seus direitos) e a tradicional (com base na moral e na religião, característica das sociedades patriarcais).

O que nos interessa mais é a dominação carismática, que depende de a capacidade individual mobilizar a sociedade e comandá-la. Segundo Weber, o líder carismático é uma espécie de força da natureza, exerce uma mística sobre seus seguidores, essencial para que seus liderados nele depositem a esperança de mudança e acreditem nas suas ações. Nesse tipo de dominação, a competência não está em primeiro plano. Por isso, a instabilidade desse tipo de dominação decorre diretamente da capacidade de persuasão do líder. Quando ela falha, o poder entra em crise.

No Brasil, o líder político mais carismático de nossa história republicana foi Getúlio Vargas, que liderou a Revolução de 1930 e se manteve no poder como ditador até 1945. Voltou ao poder pela vontade popular, nas eleições de 1950, com 46,36% dos votos, como candidato à Presidência do PTB, partido que fundou. Naquela época, não havia segundo turno. Essa votação traduziu seu prestígio junto aos trabalhadores assalariados do país, mas também revelou forte a rejeição da classe média e das elites do país. Vargas se matou para não ser deposto, em 24 de agosto de 1954, em meio a uma crise política provocada por um atentado ao jornalista Carlos Lacerda, seu mais figadal adversário político, perpetrado pelo chefe de sua guarda pessoal, Gregório Fortunato.

Depois de Vargas, sem dúvida, a liderança mais carismática é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-líder metalúrgico, que chegou ao poder em 2002, foi reeleito em 2006 e elegeu sua sucessora em 2010, a ex-presidente Dilma Rousseff. Construiu uma trajetória política com base no sindicalismo, desbancando o herdeiro natural do velho trabalhismo varguista, o ex-governador fluminense Leonel Brizola (PDT), nas eleições de 1989, quando disputou o segundo turno com Fernando Collor de Melo, que foi eleito.

Carisma e poder

Vargas não tinha adversário eleitoral à altura, seu principal desafeto, Carlos Lacerda, no auge de sua popularidade, era uma liderança confinada à antiga Guanabara. Nem de perto tinha o carisma de Jânio Quadros, que se elegeu presidente da República em 1960, porém renunciou ao mandato, no segundo ano de governo, numa crise palaciana provocada pelo seu rompimento com Lacerda. Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem um adversário com forte liderança carismática, Jair Bolsonaro. O ex-presidente da República não se reelegeu por uma diferença de apenas 1,8% dos votos válidos. Sua base eleitoral é forte e atuante, com uma extrema direita ideológica que defende abertamente a volta ao regime militar.

Bolsonaro exerce sua liderança com um pé no próprio carisma e o outro na tradição moral e religiosa, ou seja, no velho patriarcado. Para se manter no poder, Lula depende não somente do próprio carisma, mas das regras do jogo democrático e do exercício competente da política institucional. Graças a isso, pôde disputar as eleições e tomar posse, apesar da conspiração golpista que viria a se expressar em 8 de janeiro e está sendo desnudada. Ou seja, Lula depende da dominação racional-legal, que é compartilhada com o Congresso e o Supremo Tribunal Federal.

No momento, a relação do governo Lula com o Congresso é muito volátil. Uma parte dos ministros atua na lógica da dominação carismática, na aba do chapéu do líder, em busca de um programa de ação focado nas políticas sociais, porém com viés estratégico de velhas concepções da esquerda latino-americana. Outra, de centro e centro-direita, luta por espaços no próprio governo e defende um programa de reformas liberais. Para complicar, a maioria do Congresso é conservadora, fisiológica e

patrimonialista.

Egressos do governo Bolsonaro, os líderes do chamado Centrão também querem um governo para chamar de seu, como foi o de Bolsonaro. Falta foco ao governo Lula para enfrentar essa situação e viabilizar suas prioridades imediatas, no caso, a aprovação do chamado arcabouço fiscal e da **reforma tributária**. Para isso, é preciso pactuar programaticamente as relações entre as forças que participam da coalizão de governo (uma agenda liberal-social pode ser o caminho) e negociar a implementação dessa agenda com o Congresso (um acordo com o Centrão será inevitável). O carisma de Lula, apenas, não dá conta do recado, seus parceiros políticos querem um governo para chamar de nosso.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5093708-analise-lula-precisa-de-um-governo-para-chamar-de-nosso.html

Dólar abre em alta, com arcabouço fiscal e política monetária no radar

Por g1

O dólar abriu em alta nesta quinta-feira (11), com investidores atentos ao cenário político, com debates sobre o arcabouço fiscal e a política monetária.

O mercado também repercute novos dados econômicos divulgados no exterior, com destaque para a **inflação** chinesa, que desacelerou em abril.

Às 09h02, a moeda americana subia 0,14%, cotada a R$ 4,9566. Veja mais cotações.

No dia anterior, o dólar teve queda de 0,75%, aos R$ 4,9495. Com o resultado, a moeda passou a acumular:

Alta de 0,13% na semana;Queda de 0,76% no mês;Baixa de 6,22% no ano.

LEIA TAMBÉM:

Dólar em queda: entenda se é hora de comprar a moeda e as principais perspectivas à frenteENTENDA: O que faz o dólar subir ou cair em relação ao real COMERCIAL X TURISMO: qual a diferença entre a cotação de moedas estrangeiras e por que o turismo é mais caro?DÓLAR: Qual o melhor momento para comprar a moeda? DINHEIRO OU CARTÃO? Qual a melhor forma de levar dólares em viagens?

O que está mexendo com os mercados?

A quinta-feira é dia de agenda esvaziada no Brasil, mas investidores seguem atentos aos debates sobre o arcabouço fiscal e a política monetária.

Em entrevista ao jornal O Globo, o diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil, Diogo Guillen, que é o responsável pela elaboração das atas do Comitê de Política Monetária (Copom), disse que é preciso paciência e serenidade antes que a instituição comece com os cortes de juros, já que o país ainda enfrenta uma forte pressão inflacionária sobre os preços dos serviços.

Já sobre o arcabouço fiscal apresentado pelo Ministério da Fazenda, o diretor afirmou que, apesar de ter reduzido os riscos sobre a economia , a proposta ainda não teve efeito sobre a **inflação**, os juros e o preço do dólar.

Em Brasília, informações do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 revelam que o governo conta com a **reforma tributária** para ajudar no ajuste das contas públicas no próximo ano.

Ao simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, essa reforma irá gerar efeitos positivos na produtividade e no crescimento econômico. Esse maior crescimento permitirá ao país realizar um menor esforço fiscal para estabilizar a sua dívida pública como proporção do **PIB** , diz o documento.

A **reforma tributária** está sendo avaliada pelo Legislativo e pode ser votada ainda neste semestre pela Câmara dos Deputados. A percepção da área econômica é de que há um clima positivo para que a reforma seja aprovada pelo Congresso Nacional até o fim de 2023.

No exterior, o Banco da Inglaterra elevou os juros em 0,25%, para 4,50% ao ano.

Na China, a **inflação** ao consumidor teve avanço de 0,1% em abril, uma desaceleração em relação a maio e abaixo das expectativas do mercado. A **inflação** ao produtor também desacelerou, caindo 3,6% no mês passado.

A **inflação** abaixo do esperado na segunda maior economia do mundo tem derrubado os preços de algumas commodities no pregão, com a percepção de que a demanda do país por diversos produtos pode cair.

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/11/dolar.ghtml

Governo conta com reforma tributária para estabilizar a dívida pública com menor esforço fiscal

Por Alexandro Martello, g1 - Brasília

Informações divulgadas pelo governo federal no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, enviada em abril ao Congresso Nacional, mostram que o Executivo conta com a **reforma tributária** para ajudar no ajuste das contas públicas.

Ao simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, essa reforma irá gerar efeitos positivos na produtividade e no crescimento econômico. Esse maior crescimento permitirá ao país realizar um menor esforço fiscal para estabilizar a sua dívida pública como proporção do **PIB** , informou o governo no projeto da LDO 2024.

A **reforma tributária** está sendo avaliada pelo Legislativo e pode ser votada ainda neste semestre pela Câmara dos Deputados. A percepção da área econômica é de que há um clima positivo para que a reforma seja aprovada pelo Congresso Nacional até o fim de 2023.

De acordo com o governo, estudos mostram que a **reforma tributária**, se concluída, possibilitará um elevado aumento no potencial de crescimento do país, além do potencial de reduzir a desigualdade .

Analistas estimam que a reforma dos **impostos** sobre o consumo tem potencial para elevar o **PIB** potencial do Brasil em no mínimo 10% nas próximas décadas - o que geraria um impacto no aumento da arrecadação federal.

Reforma tributária deve reduzir sonegação e estimular investimentos estrangeiros, diz secretário da FazendaEntenda a reforma nos **impostos** sobre o consumo, uma das prioridades do governo Lula na economia

O governo busca melhorar o perfil das contas públicas para possibilitar uma queda mais rápida, e contínua, da taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano, o maior nível em seis anos e meio.

Ajuste das contas públicas

Para melhorar as contas públicas, o governo enviou ao Congresso Nacional, em abril, a proposta arcabouço fiscal, ou seja, a nova regra para as contas públicas.

O objetivo da área econômica é zerar o déficit fiscal primário (que considera receitas e despesas, mas não os gastos com juros), estimado em R$ 231 bilhões neste ano (acima de 2% do **PIB**), a partir de 2024, e obter saldos positivos de 0,5% e de 1% do **PIB**, respectivamente, em 2025 e 2026.

Para a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal, entretanto, para estabilizar a dívida pública seria necessário um superávit maior ainda, da ordem de 1,5% do **PIB** (cerca de R$ 150 bilhões por ano) entre 2023 e 2031.

A preocupação dos economistas é com o aumento da dívida pública. Nesta semana, no Senado Federal, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, avaliou que o juro é alto no Brasil justamente porque a dívida é alta, acima da média dos emergentes.

Atualmente, a dívida brasileira está em cerca de 73% do **PIB**. O Tesouro Nacional admitiu que a dívida brasileira pode superar 80% do **PIB** ao fim do mandato do presidente Lula.

Impacto da **reforma tributária**

Na avaliação do secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, a reforma começará a ter impacto no crescimento do **PIB**, nas expectativas dos agentes econômicos, assim que for aprovada pelo Legislativo.

Se aprovar a reforma, a percepção sobre o Brasil tende a melhorar. Estrangeiros entendem que a reforma tem efeito sobre a percepção de risco do Brasil e que tem impacto positivo sobre o crescimento, mesmo que o efeito direto venha no longo prazo. Isso já entra na conta de trajetória fiscal, melhora muito o fiscal no longo prazo, ajuda a baixar juro de longo prazo , disse Appy, ao g1.

Ele estimou que, se a **reforma tributária** for aprovada neste ano pelo Congresso Nacional, PIS/Cofins

começariam a ser eliminados, na troca pelo futuro imposto sobre valor agregado, em meados de 2025. Já o ICMS e ISS, **tributos** estaduais e municipais, começariam essa transição a partir de 2027, o que se estenderia, gradualmente, até 2031.

Após o impacto inicial da **reforma tributária** nas expectativas dos agentes econômicos, Appy avalia que ela seguirá tendo impacto gradual no crescimento da economia na medida em que o IVA for entrando em vigor, de acordo com o calendário da transição.

O grosso da transição, que é a parte do ICMS e ISS, corre de 2027 até 2030, 2031, vai ser escalonado no tempo. E o aumento do **PIB**, do poder de compra, vai ser escalonado no tempo também , acrescentou o secretário Appy.

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/11/governo-conta-com-reforma-tributaria-para-estabilizar-a-divida-publica-com-menor-esforco-fiscal.ghtml

Em 100 dias, Congresso ainda não votou os grandes projetos do governo, criou 4 CPIs e mantém clima de polarização

Por Beatriz Borges, Luiz Felipe Barbiéri, Vinícius Cassela e Kevin Lima, g1 - Brasília

O Congresso completa nesta quinta-feira (11) 100 dias de trabalho da nova legislatura. Projetos considerados essenciais pelo governo, como o novo arcabouço fiscal, ainda não foram votados. Nesse período, foram criadas 4 comissões parlamentares de inquérito e, segundo especialistas, o clima de polarização política continua se manifestando no dia a dia de Câmara e Senado.

Nesse ambiente, o governo ainda busca construir uma base política sólida e confiável. Nas últimas semanas, o Palácio do Planalto sofreu derrotas na Câmara, que levaram o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a iniciar uma série de reuniões com partidos da base.

O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou em cena para intensificar a articulação política.

Mais abaixo nesta reportagem, vão ser abordados os tópicos:

"A atuação do Congresso nesses 100 primeiros dias, no início da legislatura, ainda está sendo muito respingada pelo período eleitoral, pelo período da polarização, do Fla-Flu que o Brasil presenciou na última eleição presidencial", avaliou Murilo Medeiros, cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) e assessor legislativo no Senado.

Veja abaixo os fatos que chamaram a atenção nos 100 primeiros dias do Congresso e os efeitos na política nacional:

A composição do novo Congresso, eleito em 2022, já indicava que Lula teria problemas para construir uma base fiel e aliada em pautas prioritárias no governo. Com o começo dos trabalhos, a previsão se confirmou.

Lula tentou construir uma frente ampla de partidos que refletisse em apoio no Congresso. Nove siglas passaram a ocupar a Esplanada: PT, MDB, PSB, PSD, União Brasil, PDT, PSOL, PCdoB e Rede. Mas isso não tem garantido os votos necessários.

No início deste mês, Lula chegou a ouvir do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que a articulação política do governo precisava melhorar e que havia falhas nos compromissos firmados para atrair apoio, como a distribuição de emendas parlamentares e indicação para cargos comissionados.

Um dia depois do encontro, a Câmara aprovou a derrubada de dispositivos modificados por Lula no marco legal do saneamento básico.

Evidentemente que eu não posso dizer que a base tem tantos votos assim ou assado. Você pode fazer 99% certo, se fizer 1% errado, é o que passa , afirmou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Essa derrota que nós tivemos por uma pressão legítima dos parlamentares, porque os acordos que nós tínhamos feito não estavam sendo cumpridos desde a PEC da Transição, que é a liberação das emendas e dos cargos. Mas eu acho que a coisa volta à normalidade", completou.

Segundo o senador oposicionista Eduardo Gomes, a falta de objetividade do governo ao apontar o que é prioritário é o que tem atrapalhado os trabalhos.

Foi muito acirrada a diferença [da eleição]. Menos de 1%. Isso dá à Casa um ponto de divisão. Mas o que mais atrapalha o trabalho legislativo é a falta de centralidade, de objetividade de quem está no governo. Então, aqui, o Congresso continua aguardando uma articulação objetiva das necessidades do governo sobre votações", afirmou.

Para Medeiros, cientista político, a montagem da base é um dos principais desafios do governo para o futuro imediato, se quiser ver a aprovação dos projetos prioritários.

O governo ainda não conseguiu montar uma base sólida no Congresso Nacional até aqui. E esse é um grande desafio para os próximos meses, porque a agenda do governo depende muito da da boa vontade do Congresso em aprovar reformas importantes, como

a **reforma tributária** e um novo arcabouço fiscal , afirmou o especialista.

Ele ainda pontuou que as bancadas partidárias estão muito líquidas, com partidos pouco coesos ou programáticos. Então o custo política do governo para montar uma base de coalizão vai ser muito mais alto .

Leia também:

Com empenho principalmente da oposição, quatro CPIs foram criadas. Uma é do Congresso, a dos Atos Golpistas.

Outras três são exclusivas da Câmara: as CPIs das Lojas Americanas, das Apostas Esportivas e a do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Esta última tem potencial para causar danos ao governo.

"Uma CPI sempre tira o foco. Um dos motivos que eu não apoiei é porque, no início do governo, você tem que estar focado no que interessa. O que aconteceu no 8 de janeiro jamais poderá ser esquecido, mas existem os instrumentos de investigação que estão a todo vapor e estão acontecendo. Se for instalada [a CPI], estaremos acompanhando de perto o desenrolar dela", avaliou o vice-líder do governo no Senado, Weverton (PDT-MA)

Para o senador Eduardo Gomes, as CPIs não podem atrapalhar o dia a dia de votações.

"É preciso esclarecer a situação do 8 de janeiro. É importante também uma investigação sobre a questão do MST e as outras duas comissões. Mas isso não pode atrapalhar o dia a dia objetivo do Congresso Nacional. Afinal de contas, principalmente aqui no Senado, é uma dificuldade muito grande de material humano e da presença dos senadores já nas comissões permanentes , argumentou.

O cientista político Rodrigo Lentz resume a situação:

O que nós temos de concreto hoje são quatro CPIs praticamente em andamento no Congresso, em apenas 100 dias, no seu primeiro ano de legislatura. Então, não são tempos normais para a articulação política , afirmou.

Entre os momentos de maior repercussão estiveram as audiências públicas com ministros do governo.

A oposição aproveitou essas situações para tentar criar dificuldades para os ministros. Muitas vezes as audiências terminaram em bate-boca.

Na Câmara, em abril, uma audiência com o ministro da Justiça, Flávio Dino, teve que ser interrompida por uma discussão generalizada entre deputados governistas e da oposição. A polícia legislativa precisou intervir.

Nesta semana, no Senado, uma audiência também com Dino teve discussões. O ministro trocou farpas com os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Sergio Moro (União-PR) e Marcos do Val (Podemos-ES).

Em determinado momento, do Val disse que queria ver Dino preso. E o ministro respondeu a do Val que se o senhor é da Swat, eu sou dos Vingadores . Ele ironizou o fato de o senador dizer que é instrutor da polícia especializada dos Estados Unidos.

"Nós precisamos pautar o nosso trabalho parlamentar por mais diálogo e menos agressão. A Câmara dos Deputados pode ser um exemplo ao parlamento brasileiro. O tensionamento, a gravidade e o ataque que o mundo político passou a vivenciar ao longo dos últimos anos precisa ser superado pela cordialidade e maior profundidade no debate , afirmou a deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Para Lentz, cientista político, a polarização, por si só, não é necessariamente um problema.

"Eu não acho que a polarização em si, ela é um problema com a democracia. Vamos lembrar que a democracia, o regime onde é um regime onde reina o conflito é a partir do conflito que se constrói conselhos o problema é quando esses conflitos e essas polarizações elas não geram consensos que fazem as sociedades democráticas avançar", disse.

Site: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/11/em-100-dias-congresso-ainda-nao-votou-os-grandes-projetos-do-governo-criou-4-cpis-e-mantem-clima-de-polarizacao.ghtml

Cerco do governo aos importados nos sites de e-commerce pode gerar até R$ 30 bi em impostos, calcula varejo nacional

Por João Sorima Neto - São Paulo

O Ministério da Fazenda finaliza nesta semana medidas para fazer com que empresas de e-commerce, especialmente as estrangeiras, paguem os **tributos** devidos e respeitem a legislação brasileira. Uma lista de ações será encaminhada para as varejistas, que poderão fazer a adesão a uma espécie de plano de conformidade.

Entre as medidas, está a determinação para que o site indique o valor total da compra, já com os **tributos** incluídos. A plataforma de vendas também deve se comprometer a respeitar as leis brasileiras de proteção ao consumidor.

Uma análise do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), que representa grandes varejistas nacionais, foi apresentada ao governo mostrando que o potencial de arrecadação, se as plataformas pagarem o imposto devido, é de R$ 30 bilhões ao ano e não R$ 8 bilhões como estima a Fazenda.

- É claro que as importações podem diminuir e haverá um tempo para que as plataformas se adaptem e essa cifra seja atingida. Mas hoje temos competição desigual e a sonegação é de R$ 30 bilhões nesse segmento - afirma o presidente do IDV, Jorge Gonçalves Filho, que avalia como positivo o esforço do governo para que os **impostos** que já são estabelecidos para importados sejam recolhidos.

As grandes empresas de varejo brasileiras se queixam há anos do que consideram uma competição desleal com sites de comércio eletrônico estrangeiros que vendem importados no Brasil sem pagar os devidos **impostos** enquanto as nacionais pagam **tributos** e geram empregos no país.

Segundo a **Receita Federal**, uma das principais brechas é a simulação de remessas entre pessoas físicas para se enquadrar na isenção fiscal de produtos para até US$ 50. Como as empresas estrangeiras não são pessoas físicas, o entendimento do governo é de que não se encaixam na isenção. A Fazenda quis acabar com a exceção , mas ela foi mantida a pedido do presidente Lula após a má repercussão . A saída agora é apertar a fiscalização para evitar fraudes.

O presidente do IDV disse que a entidade esperava medidas mais imediatas, mas entende que a Fazenda está concedendo um prazo de adaptação, talvez porque as empresas precisem adequar seus sistemas.

- A medida que prevê a colocação do imposto no valor total das compras deverá acontecer de forma rápida, talvez num prazo de três semanas, como nos sinalizou o Ministério - afirma o presidente do IDV, lembrando que a Amazon já faz essa inclusão e o consumidor já sabe quanto pagará de imposto.

Em relação aos demais pontos, Gonçalves afirma que a proteção ao consumidor, como no caso de compras de brinquedos ou de roupas, por exemplo, é essencial. Ele observa que produtos importados por empresas nacionais recebem selo do Inmetro, da Abrinq e até da Anvisa, o que não acontece nas importações feitas pelas plataformas.

- Não está sendo pedido nada demais do que é exigido de empresas brasileiras, que se não certificam seus produtos são multadas ou até suspensas - afirma. - Aumentar a arrecadação sem aumentar o imposto é bom para o país. Este é um pedaço pequeno da sonegação, mas são bilhões e bilhões sonegados no país. Olhando a **reforma tributária**, pagar imposto no ato da transação seria importante para ajudar o governo e o mercado a saírem da ilegalidade.

Para Marcos Gouvêa de Souza, diretor-geral da Gouvêa Ecosystem, consultoria especializada em varejo, o pacote de medidas para o e-commerce elaborado pelo governo é um primeiro passo. Mas a capacidade de fiscalizar de fato será determinante para o sucesso dessas medidas. Ele avalia que melhor seria tributar a transação financeira de compra, o que evitaria espaço de sonegação:

- Muito melhor seria tributar a transação financeira, pois dessa forma não existe burla possível, ou fica muito restrita, pois esse sistema apenas excluiria o que fosse pago em dinheiro, que é uma parcela cada

vez menor das compras.

O consultor lembra que atualmente o que se consegue controlar é apenas 2% do que transita pelos Correios, por meio da análise por amostragem. Ele acredita que o governo deverá propor um aumento significativo no número de fiscais para que possa ser ampliada a análise do número de pacotes chegando.

- O que não inibirá a sonegação. Para atuar e controlar o comércio digital temos que usar recursos digitais - afirma.

Para Fábio Piizzamiglio, diretor da Efficienza, consultoria de comércio internacional, com a adesão das empresas estrangeiras ao plano de conformidade do governo, a gestão de risco deve ser aprimorada, já que além dos habituais métodos (escaneamento, amostragem e pesagem), haverá comprometimento do vendedor na declaração do bem, que incluirá descrição completa, como peso e classificação fiscal, que será base para o recolhimento dos **tributos**.

- Para que isso funcione adequadamente, é necessário que o acordo de conformidade preveja penalidades ao vendedor em caso de falsa declaração de conteúdo - diz o especialista em comércio internacional.

Ele lembra que a gestão de riscos pela **Receita Federal** já acontece em alguns casos. Produtos importados via e-commerce e que necessitam de anuência de órgãos como Anvisa e Ministério da Agricultura, por exemplo, costumam ser barrados.

- Mas existiram casos de falhas, por exemplo, quando sementes chinesas foram enviadas junto com mercadorias, sem que o importador soubesse. Elas chegaram às casas dos consumidores, apresentando riscos de pragas e ameaça à agricultura - explicou.

Ele diz que, se aplicada a tributação para todos os casos de envio de mercadorias, não há brechas para sonegação de **impostos**, desde que a declaração de valores do bem seja informada corretamente pelo vendedor estrangeiro.

Para o consumidor, ao fazer as compras ele desembolsará também o valor do tributo, o que encarecerá os produtos. Mas, se o gerenciamento de risco for de fato efetivo, o tempo de entrega dos bens deve ser reduzido.

- Com as novas medidas, o usuário não será surpreendido com tributação, de certa forma, "inesperada" e pagará os **impostos** no ato da compra. Poderá ainda comparar os valores previamente à compra com os produtos oferecidos no mercado nacional - explica.

Procuradas, AliExpress , Shopee e Shein não se pronunciaram até a publicação desta reportagem. A Amazon informou, em nota, que respeita a legislação local em todos os países em que está presente e seguirá dessa forma no Brasil, "agindo junto às autoridades locais para garantir a conveniência e confiabilidade que nossos clientes demandam".

Em nota, o Mercado Livre afirmou que compartilha da "preocupação quanto à legalidade da atividade do comércio eletrônico no Brasil" e que seu setor de compras internacionais "representa menos de 1% de seu volume anual de vendas no Brasil".

"A empresa monitora a natureza fiscal das transações realizadas dentro da plataforma, fazendo com que menos de 5% das vendas sejam realizadas por pessoas físicas, isentas de pagar **tributos** de acordo com o Código Tributário Nacional" diz a nota do Mercado Livre. A empresa acrescentou que respeita "integralmente" a **legislação tributária** vigente.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2023/05/cerco-do-governo-aos-importados-nos-sites-de-e-commerce-pode-gerar-ate-r-30-bi-em-impostos-calcula-varejo-nacional.ghtml

Haddad: empresários japoneses querem acordo comercial com o Mercosul

NIIGATA, JAPÃO - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , relatou que os empresários japoneses com os quais se encontrou pela manhã estão interessados na aprovação de um acordo comercial entre Mercosul e Japão .

O acordo Mercosul-Japão está na ordem do dia para os empresários japoneses, que se interessam por esse acordo e querem que o governo japonês tenha um olhar interessado, particular para as exportações vindas do Brasil para cá , disse o ministro a jornalistas em Niigata, Japão, cidade-sede do G7 Financeiro, que reúne ministros da Economia e autoridades dos países mais ricos do mundo entre os dias 11 e 13 - o Brasil participa como convidado.

De acordo com o ministro, que destacou as relações históricas entre Brasil e Japão, o encontro com os empresários japoneses também tratou da **reforma tributária** para melhorar o ambiente de negócios brasileiro, de forma a fortalecer os investimentos vindos do país asiático.

Falamos muito da **reforma tributária**, interessa demais aos investidores japoneses por uma série de problemas complexos que serão simplificados pela reforma, como também das exportações brasileiras ao Japão. Queremos manter a nossa quota-parte no mercado japonês , disse Haddad.

O ministro se reuniu com empresários do país asiático como o presidente do Conselho de Administração da Toyota Motors, Takeshi Uchiyamada, o presidente do Japan Bank for International Cooperation (JBIC), Nobumitsu Hayashi, e o chairman da Mitsui, Tatsuo Yasunaga.

A reunião aconteceu na residência oficial do embaixador do Brasil em Tóquio, Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes, e foi acompanhada pela chefe da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, e pelo assessor para assuntos internacionais Mathias Alencastro.

Site: https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/haddad-empresarios-japoneses-querem-acordo-comercial-com-o-mercosul,b3600b28ae63a102d3de97383196fac1tzgvcje0.html

União deixou de arrecadar R$ 525 bi em impostos em 2022; veja lista de isenções e privilégios

O governo federal abriu mão de arrecadar R$ 525 bilhões em **impostos** para os cofres públicos em 2022 . As renúncias fiscais aconteceram em diversas circunstâncias, como para executar políticas públicas, para fomentar setores específicos ou ainda por pressão de categorias e empresas.

A gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já sinalizou que pretende acabar com isenções que considera como privilégios tributários , ou seja, que beneficiem poucos, para aumentar a arrecadação aos cofres públicos e garantir a eficiência do novo arcabouço fiscal .

A soma dessas renúncias fiscais, incluindo todas as isenções, anistias e remissões, foi de R$ 525.490.023.901 em 2022, segundo nota técnica mais recente divulgada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco). Esses valores são divididos em categorias

O montante foi dividido e classificado em duas categorias pela Unafisco. Veja abaixo:

Os gastos tributários com contrapartida social e/ou econômica somaram R$ 158.229.457.504 (30% do total) ;

Os privilégios tributários somaram R$ 367.260.566.397 (70% do total) ;

O que são essas renúncias fiscais?

Conforme a avaliação publicada pela entidade, 30% do total são de gastos tributários com contrapartidas social ou econômica. Isto é, são **impostos** que deixam de ser pagos por quem deve para que algum benefício seja trazido à população brasileira.

Nesta soma, entram descontos para pessoas com deficiência comprarem automóveis, transporte escolar e até doações de bens para entidades filantrópicas. O governo Lula nunca mencionou ter intenção de rever essas isenções.

Por outro lado, os 70% restantes dos **impostos** não arrecadados foram considerados pela Unafisco como privilégios tributários . Ou seja, não trazem benefícios para a sociedade e beneficiam grupos que não precisam de incentivos ou auxílio governamental.

União não deve decidir sozinha, diz especialista

O vice-presidente de Relações Governamentais da empresa de consultoria especializada na área tributária Becomex, Diogo Wakizaka , aponta para a necessidade de analisar, com cuidado, os privilégios tributários e seus impactos antes de condená-las. O grande ponto é esse: não é olhar o benefício em si e achar que ele é o problema. É enxergar o quanto ele está atingindo a finalidade a que ele se propõe , analisa.

Na visão de Wakizaka, a União não deve tomar decisões sobre alterações ou reformas tributárias sozinha. É mais importante o governo chamar as empresas e a sociedade para uma discussão em relação aos pontos que têm maior chance de sucesso e dialogar , diz.

Isso porque os benefícios, isenções ou privilégios tributários têm, quando propostos, objetivo de fomentar ou incentivar investimentos em uma área de atuação específica, por exemplo. Retirá-los sem estudo de impacto pode aumentar a captação de recursos aos cofres públicos no curto prazo, mas pode desestimular o crescimento econômico nos setores afetados em um prazo maior.

Os dez maiores privilégios tributários

Isenção dos lucros e dividendos distribuídos pelas empresas: R$ 58,9 bilhões

Os dividendos são uma parte dos lucros de uma empresa que são distribuídos entre os acionistas como uma forma de remuneração. Atualmente, no Brasil, os dividendos são isentos do Imposto de Renda na fonte e também não entram na base de cálculo do IR de quem recebeu.

O governo federal já anunciou que pretende alterar regras para tributar os dividendos, compensando com redução do imposto corporativo. A proposta, no

entanto, só deve entrar em discussão na segunda fase da **reforma tributária**.

Ausência de imposto sobre grandes fortunas: R$ 57,9 bilhões

O imposto sobre grandes fortunas, ou IGF, é um tributo previsto na Constituição Federal, mas que até hoje não foi regulamentado. Ou seja, não pode ser cobrado enquanto uma Lei Complementar não for aprovada. O governo Lula não é claro sobre suas intenções neste assunto, mas esse foi um mote de sua campanha presidencial na época das eleições.

Zona Franca de Manaus: R$ 44,8 bilhões

A Zona Franca de Manaus é um parque industrial na capital amazonense criada pelo governo brasileiro para atrair fábricas para uma região pouco habitada. É uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais. A gestão atual já deixou claro que não irá rever os privilégios da região.

Simples Nacional R$ 32,7 bilhões

O Simples Nacional é um sistema de tributação simplificada que facilita o recolhimento de contribuições das micro e médias empresas brasileiras. O governo federal não tem intenção de alterar a maneira como essa tributação é feita.

Refis: R$ 25,4 bilhões

O Programa de Recuperação Fiscal (Refis) tem como objetivo colocar em dia a situação financeira de empresas e pessoas físicas junto à União ou à **Receita Federal**, reduzindo o valor de multas e parcelando valores de débitos inscritos em dívida ativa ou não.

O programa é defendido pela atual gestão, então nenhuma alteração significativa deve ser discutida.

Desoneração da cesta básica: R$ 24,1 bilhões

Por lei, algumas contribuições tributárias são zeradas a itens alimentícios e de higiene considerados básicos. A isenção tem como objetivo tornar os itens básicos como mais acessíveis à população, e inclui carnes, peixes, sabonete, papel higiênico e mais itens.

O governo federal já deixou claro que não tem interesse em alterar a legislação para onerar os itens básicos.

Desoneração da folha de salários: R$ 12 bilhões

A desoneração da folha de pagamento substitui a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela contribuição sobre a receita bruta da empresa. É uma forma das empresas pagarem menos em **impostos** e fomentar áreas em que mão de obra seja o principal ativo da empresa, como o ramo de serviços.

A equipe econômica do governo federal estuda alternativas para a tributação atual.

Entidades filantrópicas: R$ 10,9 bilhões

O governo federal já declarou que não tem intenção de onerar entidades filantrópicas, como as Santas Casas.

Exportação da produção rural: R$ 9,7 bilhões

Ainda não há uma definição sobre a intenção do governo Lula sobre a taxar o agro, mas a equipe econômica já sinalizou, anteriormente, que há problemas na exportação da produção rural.

Informática e automação: R$ 7,5 bilhões

Os incentivos ao setor da informática e automação são defendidos pela atual gestão - por isso, é provável que não vejamos nenhuma proposta no sentido contrário.

Site: https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/uniao-deixou-de-arrecadar-r-525-bi-em-impostos-em-2022-veja-lista-de-isencoes-e-privilegios,b9cd67c779b7d9c54dfee5149b8c57a9o4zqv85w.html

PT ensaia contrariar equipe econômica

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (PR), chegou a dizer que "a bancada do PT não fará emendas ao arcabouço fiscal"

TAÍSA MEDEIROS

Em meio às negociações sobre o novo arcabouço fiscal proposto pelo governo, o relator da matéria na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), se reuniu com partidos, ontem, para alinhar o texto. O encontro foi com lideranças do PSB e do PCdoB - a agenda incluía o PSD, mas foi desmarcada devido a compromissos da legenda no Palácio do Planalto. O deputado pretende divulgar o relatório, com os ajustes sugeridos pelas bancadas, entre hoje e amanhã. A intenção é que a proposta seja votada na terça-feira, com o retorno do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), da viagem aos Estados Unidos.

Enquanto isso, a bancada do PT articula fazer sugestões ao texto para evitar que sejam propostas emendas, por parte da legenda, quando a matéria for a plenário. O líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (PR), chegou a dizer, ontem, que "a bancada do PT não fará emendas ao arcabouço fiscal". Contudo, parlamentares da sigla não descartam essa possibilidade. Tal movimentação desagradaria a equipe econômica. Com parlamentares destacados para análise da proposta em diversos aspectos, a base petista busca assegurar, especialmente, os recursos para saúde e educação.

"Nossas propostas, do PT, já estão sendo apresentadas diretamente ao próprio governo, assim como outros partidos que compõem a base estão apresentando ao relator e ao governo", disse a deputada Maria do Rosário (RS), segunda secretária da Câmara. "A bancada do PT vota toda com o governo. Mas tem propostas? Ah, claro que tem!", assegurou.

Nos bastidores, a bancada diz entender que a Câmara, de maneira geral, costuma adotar posições mais conservadoras na área econômica. Como estratégia, parlamentares da base vêm focando no debate dos juros. O entendimento é de que, com a redução da taxa, haverá maior lastro para ampliar investimentos públicos.

Em relação ao restante da base, o receio é de desmobilização - o que vem sendo evitado por meio de uma sequência de reuniões com o Planalto. Na noite de ontem, o PSD divulgou nota em que informa um acordo da bancada em torno das mudanças sugeridas para que o projeto do governo obtenha apoio do partido. As propostas serão focadas em três principais pontos: o não aumento de **impostos**, o controle de despesas e a responsabilização.

Sanções

Um dos pontos de maior debate no projeto são os chamados "gatilhos", sanções que podem ser aplicadas em caso de descumprimento da meta fiscal. A bancada petista já se posicionou contra esse trecho. "Queremos sustentar justamente a existência de serviços públicos e investimentos que fazem crescer a arrecadação. Existem diferenças com o relator, mas ele precisará ter o equilíbrio de ouvir todas as partes, já que o nosso objetivo é o processo pacificado de votação no plenário", explicou Maria do Rosário, que defende a "aplicação de metas realistas", em vez de punições. Conforme o texto previamente apresentado por Cajado, em caso de descumprimento da regra, o presidente da República precisaria apenas justificar os motivos por meio de uma carta.

Apesar da discordância dos petistas, a bancada assegura que votará com o governo mesmo que o texto final contenha a previsão de punições aos gestores públicos nesse contexto.

Na Câmara, o texto precisa do voto de 257 deputados. Se aprovado, seguirá para o Senado, onde depende da aprovação de 41 parlamentares. A matéria visa estabelecer novas regras fiscais em substituição ao teto de gastos, aprovado na gestão Michel **Temer** (MDB).

A bancada do PT vota toda com o governo. Mas tem propostas? Ah, claro que tem" Maria do Rosário, deputada (PT-RS)

Site:

https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/11/all.pdf

Raskólnikov e o novo arcabouço fiscal (Artigo)

Felipe Salto

Confesso que gosto deste termo: arcabouço fiscal. É que ele remete a estrutura, conjunto de normas a balizar comportamentos.

Na Warren Rena, projetamos a dívida e o déficit após a apresentação do tal arcabouço.

As contas melhoraram, mas a proposta poderia ganhar mais corpulência. Os erros passados seriam suplantados por este novo compromisso, desde que genuíno, como o de Raskólnikov.

No cenário-base, projetamos déficit primário (receita menos despesa sem contar juros da dívida) de 1,1% do **PIB**, em 2023, e de 1%, no ano que vem. Portanto, a meta de zerar o déficit em 2024 seria rompida, levando ao acionamento do gatilho previsto no art. 9.º-A introduzido pela proposta do arcabouço na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Esse gatilho reduz a taxa de crescimento do limite de despesas.

No lugar de crescer a 70% da variação porcentual real da receita líquida até junho, o gasto só poderá aumentar 50% dessa taxa. Ao simular o efeito da medida, os déficits estimados remanescem, mas em clara trajetória de melhora, até passar ao azul em 2031. Partindo de 1,0%, em 2024, o déficit cai a 0,9%, em 2027; a 0,7%, em 2028; a 0,4%, em 2029; e a 0,3% do **PIB**, em 2030, sendo zerado em 2031.

As projeções consideram que o **PIB** crescerá a 1,4%, em 2024, acelerando a 1,8% até 2026. Situar-se-ia em 2% ao ano na média de 2027 a 2032. Os juros reais sairiam de mais de 7,5% para algo como 4,5% e, no período final, para menos de 4% ao ano. A pressuposição é de que os juros nominais seriam menores na presença de uma regra fiscal crível, com **inflação** sob controle (convergindo a 4%, entre 2024 a 2025, e, depois, a 3,5% ao ano).

Nesse cenário, os gastos com a folha do serviço público cresceriam apenas pela chamada taxa vegetativa, sem novos reajustes salariais. Sairiam de 3,4% do **PIB**, em 2023, para 3,2% em 2026. Até 2032, estariam abaixo dos 3% do **PIB**. A correção para o salário mínimo seria pela variação real do **PIB** de dois anos antes, somada à **inflação** até 2026. A previdência sairia de 8,1% do **PIB**, em 2023, para 8,5%, em 2026, e 8,8% em 2032.

O abono salarial e o seguro-desemprego sairiam de 0,7% do **PIB**, em 2023, para 0,6%, em 2026, ficando estáveis até 2032.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) oscilaria entre 0,8% e 0,9% do **PIB** na década.

Nas despesas discricionárias, vale dizer: a rigidez aumentou.

As regras para a correção das despesas com saúde e educação - os chamados mínimos constitucionais - voltarão a seguir a receita corrente líquida e a receita de **impostos** líquida, respectivamente, em razão dos comandos da Emenda Constitucional n.º 126/2022. Desse modo, é preciso calcular como a parcela discricionária necessária para cumprir esses mínimos constitucionais evoluirá; em seguida, verificar se ela espremerá o restante das discricionárias.

Concluímos que o ajuste não limitaria o custeio e o investimento a níveis impeditivos.

Ademais, uma nova rigidez foi introduzida pelo PLP 93, o projeto do novo arcabouço fiscal: os investimentos terão de crescer no mínimo pela **inflação**.

Dadas todas essas restrições, e sob as premissas enunciadas, o gasto discricionário ficaria em torno de 1,7% do **PIB**, em 2023, para atingir 1,8% do **PIB** até 2026 e, então, diminuir a 1,5% até 2032. Esse patamar atende aos requisitos anteriormente dispostos. A regra de gastos proposta no bojo do novo arcabouço fiscal seria observada.

Já a meta de resultado primário, descumprida.

Os mecanismos introduzidos no próprio PLP 93 seriam acionados para restringir a evolução da despesa, resultando nas trajetórias aqui expostas para os principais gastos e o primário, com receitas pari passu ao **PIB**. A dívida/**PIB** aumentaria dos cerca de 73% do **PIB**, em 2022, para 82,4% do **PIB**, em 2026, e 89,9% do **PIB**, em 2032, no cenário-base, o mais provável.

Ainda um patamar alto, mas, para ter claro: sem esse controle de gastos do novo arcabouço, a dívida poderia encerrar 2026 em 87,5% do **PIB**, avançando até 104,2% do **PIB** em 2032.

A verdade é que a presença da nova regra de gastos pode evitar cenários bem piores. Por exemplo, se o governo concedesse reajustes reais de 2% ao ano aos servidores, pagasse centenas de bilhões do estoque de precatórios - mas sem resolver o problema em definitivo, como propus no artigo passado - e corrigisse permanentemente o salário mínimo acima da **inflação**, o espaço fiscal seria diminuto.

Premissas importam. Este é o debate.

De todo modo, sem as receitas necessárias para cumprir as metas de primário prometidas (partindo de zero de esforço primário e aumentando em meio ponto do **PIB** ano a ano), o gatilho redutor do crescimento do limite de despesa deveria ser mais duro. Por que não 20%? Isso melhoraria o primário médio projetado para 2024 a 2032 em R$ 80 bilhões ao ano. Claro que segurar o ímpeto expansionista seria imperativo para o gasto caber na "regra engatilhada".

Em Crime e Castigo, de Dostoievski, Raskólnikov converge à redenção. O PT, hoje uma pedra no sapato do Ministério da Fazenda do seu próprio governo, precisa inspirar-se nesse mote e começar a ajudar. Não há tempo a perder. Os erros e criatividades contábeis passadas se desmanchariam no ar se retomássemos a rota do crescimento em bases sólidas.

Em "Crime e Castigo", o personagem converge à redenção. O PT, hoje uma pedra no sapato do Ministério da Fazenda do seu próprio governo, precisa inspirar-se nesse mote e começar a ajudar

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Arcabouço é travessia para patamar mais favorável (Artigo)

TARSO GENRO

Os comentaristas de economia de ideias ultraliberais continuam defendendo a separação da política da economia. Natural, pois, como os modelos ultraliberais causam desajustes sociais graves, mormente na América Latina, só conseguem ser implementados pela via autoritária. Logo, para eles, a política é uma sucessão de trapalhadas contra a verdade científica da técnica, que se torna, assim, a própria política do ultraliberalismo mesclado com o neofascismo. O economista americano Joseph Stiglitz afirmou o óbvio, que, dito por ele, toma força: -A riqueza engendra poder que engendra mais riqueza.

A esquerda sustenta, corretamente, que a riqueza repartida gera mais riqueza social, que gera mais poder social.

Os defensores de uma economia social de mercado - baseada nos **tributos** internos ou no aumento da dívida pública, modelo originário dos paradigmas políticos da concertação social-democrata -costumam ser "voluntaristas", para alcançar sua governabilidade distributiva. Tratam do assunto como se a economia, no mundo organizado pela rede do capital financeiro "global", pudesse ser totalmente dirigida por decisões políticas, sem considerar as técnicas de reprodução do capital- dinheiro, que são inimigas de qualquer movimento distributivo por parte do Estado.

Eque os caminhos para a saída, num momento mundialmente avesso a qualquer saída, devem ser recriados.

Sustento que este impasse não será solucionado nem por um "caminho do meio" nem por uma "média" entre os dois, mas por um "novo" eprovisório caminho, que consiga formar uma maioria política para conduzir os debates no Poder Legislativo e a discussão entre os agentes políticos e a sociedade civil.

Na verdade, o que se está debatendo é se o país sai do espectro bolsonarista, de caráter concentrador e neofascista, ou se assumimos o risco de voltar a ele, abdicando de gerar a coesão social mínima necessária para a democracia avançar.

Determinadas questões políticas importantes, que não podem ser resolvidas dentro da própria base, devem ser solucionadas ajustando um conceito que não obstrua a unidade estratégica dentro do corpo político que dirige a mudança. No caso do "arcabouço", é isso que se deve procurar, tratando-o como uma "travessia": de um patamar desfavorável para um outro patamar mais favorável, considerando que, se o conflito de opiniões bloquear qualquer movimento de reforma, as duas posições sobre este "arcabouço" poderão sucumbir. E emergirá daí uma paralisia recorrente, que poderá promover uma situação pior que a anterior.

Como as nossas margens são estreitas, o "arcabouço" de Haddad e Lula é um método bem imaginado de um novo tipo de controle de gastos públicos. Tem uma flexibilidade que deixa espaços para ser preenchidos por um novo equilíbrio entre despesas e receitas públicas, que mantém a possibilidade de investir.

Política democrática, técnica de organização das finanças, bloqueio social e político do fascismo -que só se cria na miséria e na violência -são os enigmas que o "arcabouço" emergencialmente pode decifrar.

Sua aprovação depende de uma maioria no Congresso, que contém boa parte do Centrão, para obter minimamente recursos para gastos sociais imediatos e prioritários, constantes das propostas da coalizão de forças que elegeu o presidente Lula. O "arcabouço" é uma travessia, portanto -tanto política como de técnica econômica -, para uma situação nova.

É um "esqueleto" de unidade para discutir os instrumentos necessários para organizar sua particularidade. Neste momento extremamente difícil - nacional e internacionalmente -, que pode abrir um novo ciclo de guerras europeias e de decomposição dos polos de poder tradicionais no mundo, penso que não é pouco.

Ele tem uma flexibilidade que deixa espaços para ser preenchidos por um novo equilíbrio entre despesas e receitas

Tarso Genro, advogado e presidente do Instituto Novos Paradigmas, foi ministro da Educação e da Justiça

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Empresas têm até o fim de julho para regularizar impostos federais

Manoel Ventura

Após vitória no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a **Receita Federal** deu até o fim de julho para que as empresas se regularizem de acordo com a interpretação dada pela Corte a respeito da cobrança de **impostos** federais sobre benefícios fiscais concedidos pelos estados por meio do ICMS.

O STJ autorizou por unanimidade que a União cobre Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre benefícios concedidos no ICMS. A decisão foi uma vitória para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que espera, com a medida, arrecadar até R$ 90 bilhões.

O aumento de receita é necessário para cumprir as metas previstas no arcabouço fiscal.

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), chegou a determinar a suspensão do julgamento, mas voltou atrás.

A Receita começou a notificar ontem as empresas para que elas se autorregularizarem sem aplicação de multa -a chamada fiscalização orientadora.

O Fisco afirma que identificou aproximadamente 5 mil contribuintes com indícios de redução indevida de valores de IRPJ e CSLL, em razão de prováveis exclusões de benefícios fiscais de ICMS das correspondentes bases tributáveis.

Essas empresas serão notificadas.

Aquelas que decidirem pagar os **impostos** não terão de pagar multas. Além disso, poderão parcelar os valores em até 60 meses.

Depois de julho, o Fisco vai iniciar ações de fiscalização, autuando empresas que não se adequaram. A medida pode acelerar a entrada de recursos no caixa do governo, na visão de técnicos da equipe econômica.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Arcabouço fiscal sem bloqueio é frágil, dizem consultorias da Câmara

Idiana Tomazelli

O fim do contingenciamento obrigatório de recursos em caso de risco à meta de resultado primário, como proposto pelo governo no novo arcabouço fiscal, fragiliza os princípios da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), dizem as consultorias Legislativa e de Orçamento da Câmara dos Deputados.

O projeto elaborado pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estipula um limite de crescimento para os gastos e uma meta de primário com bandas de tolerância, mas não obriga o gestor a adotar medidas de reequilíbrio das contas durante o exercício, caso o cumprimento de alguma dessas regras esteja ameaçado.

A proposta significa uma flexibilização em relação à norma atual. A LRF exige que o governo faça um bloqueio de verbas caso haja crescimento inesperado de despesas obrigatórias, pressionando o teto de gastos, ou frustração de receitas que dificulte o alcance da meta de resultado -obtida pela diferença entre arrecadação e despesas.

O texto do governo ainda muda a periodicidade do relatório de avaliação do Orçamento, hoje divulgado a cada dois meses. Pelo projeto, ele passaria a ser trimestral.

"O fim da obrigatoriedade do contingenciamento fragiliza o princípio basilar da LRF que exige ação planejada e a correção de desvios. Importante resgatar o monitoramento bimestral que apura o risco de descumprimento da meta primária", diz a nota técnica das consultorias da Câmara divulgada nesta quarta-feira (10).

O contingenciamento opcional e a ausência de gatilhos de contenção de despesas têm sido alvo constante de críticas vindas de parlamentares e de agentes do mercado financeiro.

O relator do projeto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), tem dado indicações de que pretende fortalecer as medidas de ajuste que serão obrigatórias na condução da política fiscal, mas evitou dar detalhes nos últimos dias.

Na terça-feira (9), quando questionado sobre a possibilidade de incluir gatilhos para proibir concessão de novas renúncias fiscais e aumento de gastos com pessoal em caso de descumprimento da meta, ele disse que estava "estudando" o assunto. O deputado também evitou antecipar se vai ou não retomar a obrigatoriedade do bloqueio de recursos.

Na nota técnica, os consultores da Câmara também avaliam que o arcabouço fiscal é crível, mas alertaram para a excessiva dependência de novas receitas para seu efetivo sucesso.

O governo fixou metas ambiciosas, que têm como objetivo zerar o déficit já em 2024 e chegar a um superávit de 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2026.

Os números despertaram certo ceticismo no mercado, que vê necessidade de impulsionar fortemente a arrecadação para que esse cenário se concretize.

No projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, cujas projeções foram elaboradas já contando com a aprovação do novo arcabouço, o governo estimou uma receita primária de R$ 2,2 trilhões no ano que vem, R$ 2,3 trilhões em 2025 e R$ 2,44 trilhões em 2026.

Segundo a consultoria, porém, há "baixa probabilidade estatística" de realização da receita prevista no novo marco fiscal, considerando a legislação atual.

"Ausentes modificações no sistema de referência da receita que possam acarretar aumentos na arrecadação federal, a probabilidade de realização de valores na magnitude esperada pelo Poder Executivo, no próximo triênio, é próxima de 35%", diz a consultoria.

Com as receitas sob risco, os técnicos estimam que a dívida pública pode passar da marca de 80% do **PIB**.

"É pouco provável que os resultados primários esperados sejam efetivamente alcançados caso não haja um substancial aumento das receitas primárias do governo. Naturalmente, essa baixa probabilidade contamina o cenário de evolução da dívida pública traçado pelo governo no contexto do novo regime fiscal, dado que o resultado primário influencia decisivamente na trajetória da dívida", afirma o texto.

O governo traçou um cenário otimista para a evolução da dívida pública, que, embora continue subindo até o fim do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), fecharia o ano de 2026 em 76,6% do **PIB**. Essa estimativa prevê o cumprimento da meta em todos os anos.

Os técnicos da Câmara, por sua vez, fizeram simulações considerando que o resultado primário fique no piso da margem de tolerância -ou seja, com déficit de 0,75% do **PIB** neste ano, subindo gradualmente até um superávit de 0,75% do **PIB** em 2026.

Neste cenário, os consultores calculam que a dívida bruta chegaria a 82,3% do **PIB** no fim do mandato de Lula.

"A probabilidade de que a DBGG [dívida bruta do governo geral], em 2026, seja igual ou inferior ao número projetado no cenário do governo é de, aproximadamente, 36%", diz a nota técnica.

"Em resumo, a materialização do cenário para evolução da dívida derivado do novo arcabouço fiscal depende da realização de superávits primários e crescimento econômico mais robustos, bem como de juros reais mais comedidos", afirma.

O arcabouço fiscal

O QUE PREVÊ O PROJETO

Limite de crescimento real das despesas, acima da **inflação**, equivalente a 70% da alta real das receitas. 0 percentual final precisa ficar dentro do intervalo de 0,6% a 2,5%

Meta de resultado primário, obtida a partir da diferença entre receitas e despesas, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou menos. Governo sinalizou que pretende chegara superávit de 1% do **PIB** em 2026

Caso haja descumprimento da meta, o limite de crescimento real das despesas cai a 50% da alta real das receitas no ano seguinte. Mas o contingenciamento de recursos no exercício é opcional, e não há uma exigência específica de medidas de ajuste a serem adotadas pelo governo

O QUE DIZEM AS CONSULTORIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O bloqueio opcional de verbas fere um princípio basilar da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exige ação planejada para corrigir desvios em relação às metas

O desenho do arcabouço fiscal é excessiva mente dependente de aumento de receitas, e as projeções do governo para a arrecadação têm baixa probabilidade de se concretizarem

A dívida bruta do governo pode passar dos 80% do **PIB** (Produto Interno Bruto), justamente porque há risco de frustração nas receitas esperadas

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50273&maxTouch=0&_ga=2.124750410.1924709629.1683515409-1380897342.1635735907

Freio na inflação eleva aposta de que EUA vão parar de subir os juros

Nicholas Megaw

A **inflação** nos Estados Unidos em abril foi ligeiramente mais fraca do que se previa, reforçando as esperanças de que os aumentos das taxas de juros do Federal Reserve estejam controlando a alta dos preços.

A **inflação** dos preços ao consumidor caiu para uma taxa anual de 4,9%, seu nível mais baixo desde abril de 2021. Economistas esperavam que permanecesse estável em 5%.

"É um passo na direção certa", disse Kevin Cummins, economista-chefe da NatWest Markets para os EUA. "Algumas das "pombas" do comitê [de formulação de políticas do Fed] podem se sentir encorajadas pelo fato de estarmos vendo evidências de que o pior já passou, mas o núcleo da **inflação** e os serviços básicos ainda estão subindo em um ritmo bastante sólido."

Tarifas aéreas mais baixas ajudaram a reduzir o número, embora a **inflação** tenha permanecido forte em áreas como preços de carros usados e ainda tenha um longo caminho a percorrer para atingir a meta de 2% do banco central.

O núcleo da **inflação**, que exclui os custos mais voláteis de alimentos e energia, permaneceu teimosamente alto nos últimos meses. Ele caiu ligeiramente em abril para 5,5% na comparação anual, mas quase não se moveu desde o final do ano passado.

O crescimento nos custos de moradia moderou pelo segundo mês consecutivo, o que Cummins disse ser um sinal encorajador que deve ajudar a reduzir o número da **inflação** ano a ano nos próximos meses.

Em uma base mensal, o índice de preços ao consumidor (IPC) subiu 0,4%, enquanto o número principal subiu na mesma proporção.

A Casa Branca disse em **comunicado** na quarta (10) que a redução dos preços do gás e dos alimentos está proporcionando "às famílias um espaço bem-vindo para respirar" num momento em que a economia e o mercado de trabalho dos EUA estão fortes.

A "maior ameaça" para a economia agora é que os EUA estejam caminhando para um calote em suas obrigações, disse Karine Jean-Pierre, secretária de imprensa.

Os dados estimularam a demanda por títulos à medida que os investidores ficaram mais confiantes de que o Fed não precisaria fazer novos aumentos de juros. Os rendimentos do Tesouro de dois anos, que acompanha as expectativas de taxas, caíram 0,08 ponto percentual, para 3,94%. Os rendimentos dos títulos caem quando os preços sobem.

O ritmo geral dos aumentos de preços nos EUA diminuiu substancialmente em relação às máximas de 40 anos no verão passado, levando o presidente do Fed, Jay Powell, a declarar na semana passada que "estamos chegando perto ou talvez até [acabando]" com os aumentos nas taxas de juros.

A taxa de referência do banco central subiu de quase zero no início do ano passado para uma faixa de 5% a 5,25%.

O Fed também alertou que a recente turbulência bancária poderia resultar numa crise de crédito que desaceleraria a economia e teria um efeito semelhante a um maior aperto nas taxas.

Os investidores há algum tempo apostam que uma pausa na campanha do Fed para reduzir a **inflação** seria rapidamente seguida por uma série de cortes nas taxas, apesar da cautela das autoridades do Fed.

Essas apostas aumentaram na quarta-feira, com os mercados futuros agora sugerindo uma probabilidade de 5% de que o Fed aumente as taxas em junho, de acordo com dados da Bloomberg, de 21% antes da divulgação dos dados.

Os investidores estão precificando cortes de juros de quase 0,75 ponto até o final do ano, mas alguns economistas continuam céticos.

"O IPC continua forte demais para que o Fed considere reverter o curso e cortar as taxas de juros. Enquanto a **inflação** de serviços básicos e aluguéis está mostrando alguns sinais de moderação, a **inflação** de bens básicos parece estar acelerando (...) acreditamos que uma alta em junho ainda é possível

se os dados econômicos gerais permanecerem muito fortes", disse Gennadiy Goldberg, estrategista de taxa de juros da TD Securities.

Dólar cai para RS 4,95, e Bolsa sobe pelo 5o pregão seguido

A Bolsa brasileira fechou em alta nesta quarta (10), marcando o quinto pregão seguido de ganhos -em uma alta acumulada de 5,5%.

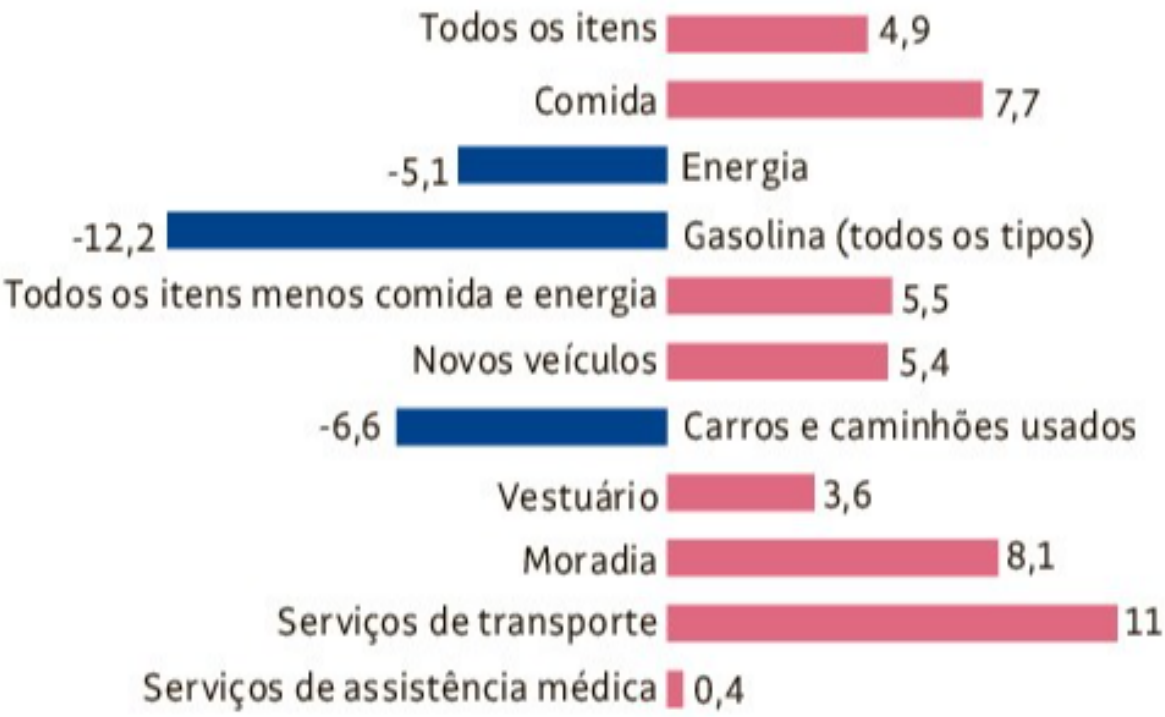
O dólar voltou a cair, após a divulgação de dados de **inflação** nos EUA. No dia, o Ibovespa teve alta de 0,31%, a 107.448 pontos. O dólar caiu 0,74%, a R$ 4,951. Já os índices americanos Nasdaq e S P 500 fecharam o dia com alta de 1,04% e 0,45%, depois de um dia de perdas na véspera.

O Dow Jones caiu 0,09%.

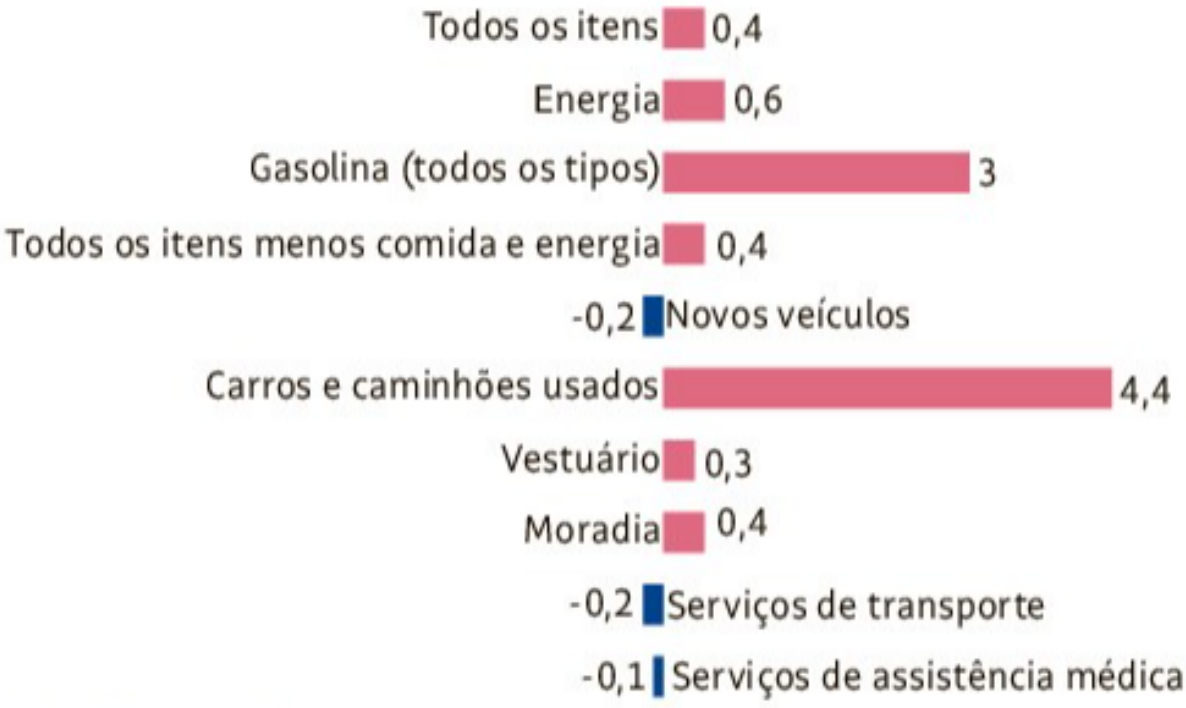
Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50273&maxTouch=0&_ga=2.124750410.1924709629.1683515409-1380897342.1635735907

Preços relacionados a serviços estão acelerando a inflação

% de variação no índice de preços ao consumidor para todos os consumidores urbanos



Mês a mês, em %



Fonte: Financial Times

Deputados pressionam por menos exceções no arcabouço e mais sanções

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Às vésperas de apresentar na Câmara o relatório do arcabouço fiscal - a nova regra de controle das contas públicas -, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) vem sendo pressionado por parlamentares a endurecer o texto elaborado pelo Ministério da Fazenda.

Pedem que inclua sanções e gatilhos para cortar despesas em caso de descumprimento da meta. A apresentação do texto, cogitada para hoje, deve ficar para a próxima semana.

Nos últimos dias, Cajado se reuniu com representantes de nove bancadas partidárias, que respondem por 403 deputados.

À exceção do PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do PSB, o relator diz ter ouvido pedidos para que o texto tenha mais medidas de controle de gastos caso o governo não alcance as metas para as contas públicas.

Entre as medidas propostas pelos parlamentares para o caso de estouro nas despesas, está a proibição de dar aumento acima da **inflação** a servidores, de abrir novos concursos públicos e de oferecer benefícios fiscais.

Pela proposta da Fazenda, caso o governo descumpra a meta fiscal, em vez de as despesas poderem crescer 70% da variação da receita, poderão aumentar 50%. Para os deputados, esse gatilho é insuficiente. Isso porque o texto da equipe econômica não discrimina quais medidas o governo tem de tomar para conter os gastos. O pedido é por sanções mais duras e mais claras.

Outra demanda é a de que, na execução do Orçamento, o governo deixe claro que chegará ao objetivo via contingenciamentos (bloqueios) de despesas.

Pelo texto da Fazenda, porém, os contingenciamentos deixam de ser obrigatórios.

Uma versão preliminar circulou entre técnicos do governo no fim de semana. Por ela, se tem a pista de que Cajado também deve mexer na lista de 13 exceções à regra de controle de gastos do arcabouço.

Em reunião ontem, parlamentares do PSB indicaram o interesse de incluir o FNDCT, fundo controlado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, na lista de exceções, mas não receberam sinal positivo de Cajado.

Em almoço com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo, Cajado ouviu de deputados preocupações sobre o desejo do governo de arrecadar mais e pouco estímulo para o corte de gastos.

"Não vejo absolutamente nenhum movimento de enxugar, cortar", disse a deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

O PT ainda tenta influenciar o relator. "Venho pedindo diariamente ao Cajado que não torne o texto mais rígido do que já é, mas ele evita responder, diz que o texto não está pronto", afirmou o líder, Zeca Dirceu (PT-PR).

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Prever punições e reduzir brechas reforça âncora, dizem economistas

LUIZ GUILHERME GERBELLI

O relatório da nova âncora fiscal, em elaboração na Câmara, precisa resolver pontos importantes para tornar a regra mais sólida, de acordo com economistas ouvidos pelo Estadão.

De forma geral, são dois os pontos de atenção, em sintonia com as queixas de deputados: a falta de punição para o caso de descumprimento das metas pelo governo e o elevado número de exceções à regra - que podem ainda aumentar.

"No caso do não cumprimento, falam em colocar alguns outros gatilhos. Isso é positivo, porque você consegue garantir uma contenção maior da despesa. Eu acho que a questão é que a proposta não responsabiliza as pessoas. No caso do não cumprimento do resultado primário (a diferença entre receitas e despesas, excluídos os juros da dívida), não há qualquer tipo de responsabilização", afirma Claudia Moreno, economista do C6 Bank.

Na proposta enviada ao Congresso, o projeto de lei determinou que o presidente da República explique os casos de descumprimento das metas fiscais, mas retira a responsabilização por não cumprimento que existia antes na Lei de Responsabilidade Fiscal. Também fez com que o contingenciamento não fosse mais obrigatório.

A proposta ainda trouxe 13 exceções. Permite, por exemplo, despesas com aumento de capital de empresas estatais não financeiras.

"Talvez, precise, de fato, ter algum gatilho que crie uma restrição ao governo, de não aumentar a despesa obrigatória acima da **inflação**, não poder conceder reajuste, criar algum constrangimento maior, porque essa punição acaba sendo muito fraca", diz Tiago Sbardelotto, economista da XP. "Um bom aperfeiçoamento seria limitar um pouco mais o conjunto de despesas que estão fora do teto. Algumas exceções fazem sentido, mas tem uma para o custeio do piso de enfermagem que, a meu ver, não faz."

SEM CONSENSO.

A proposta de arcabouço fiscal não é um consenso entre os economistas.

Desde que foi apresentada pelo Ministério da Fazenda, recebeu críticas e elogios. "Não gosto da proposta. Acho que teria sido mais razoável ter feito ajuste no teto (de gastos, a antiga âncora fiscal, condicionada à **inflação**)", diz a economista Zeina Latif. "Está se gastando muita energia em uma proposta que não é coisa simples, é bem complexa, tanto que existe um debate entre os economistas.

A proposta está saindo de um jeito em que não se consegue ter a necessária previsibilidade da trajetória de despesas e, obviamente, da própria dívida." O texto elaborado pelo Ministério da Fazenda prevê que o crescimento dos gastos no ano será limitado a 70% do avanço das receitas. As despesas vão seguir também outro parâmetro. Terão crescimento real (acima da **inflação**) de 0,6% a 2,5% ao ano.

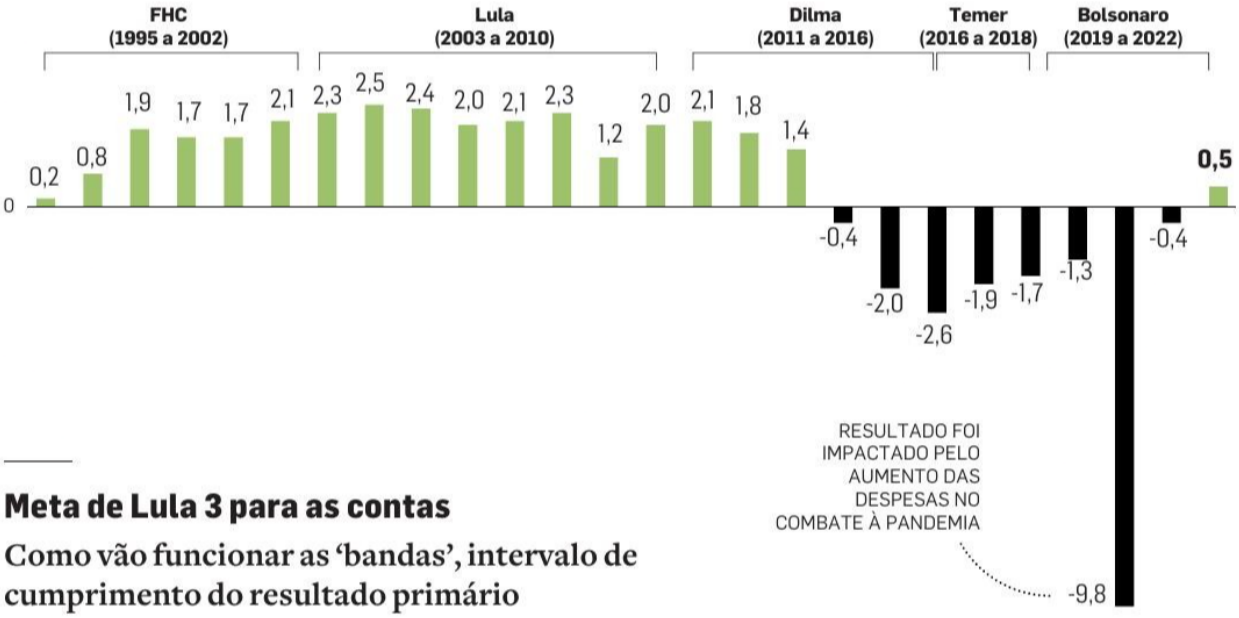
Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

NOVO ARCABOUÇO FISCAL

Veja como a nova regra se propõe a ajustar as contas públicas nos próximos anos se aprovada pelo Congresso

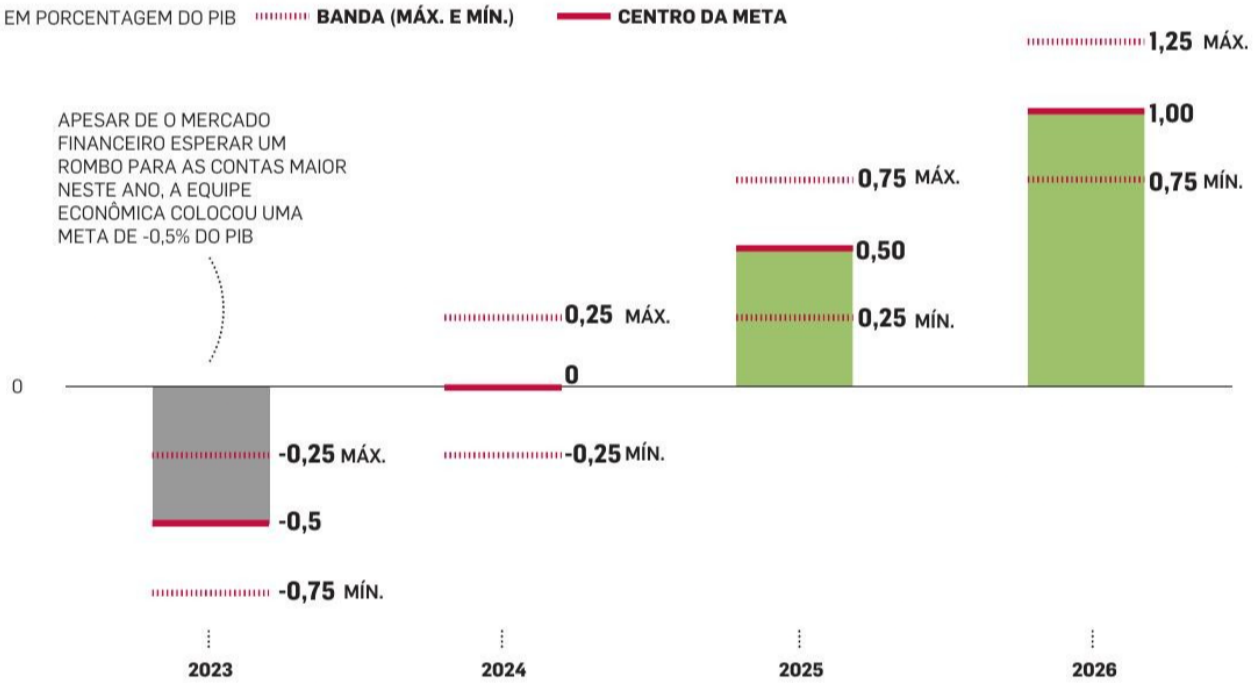
De FHC a Bolsonaro

Entenda como as contas fecharam em proporção do PIB de 1997 a 2022



Meta de Lula 3 para as contas

Como vão funcionar as 'bandas', intervalo de cumprimento do resultado primário



FONTES: MINISTÉRIO DA FAZENDA E INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFE) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Juros, o osso duro de roer (Editorial)

A principal mensagem da Ata do Comitê de Política Monetária (Copom) deve preocupar empresários e consumidores que sofrem com o alto nível das taxas de juros no Brasil. E pode alimentar as críticas do presidente Lula da Silva e seu time à atual política monetária.

O recado do Copom é que não se deve esperar uma redução da taxa Selic nos próximos meses. Mesmo as previsões recentes de economistas do mercado financeiro poderão ser contrariadas porque alguns passaram a prever corte nos juros no terceiro trimestre deste ano, o que parece pouco provável agora.

O entendimento dos diretores do Banco Central (BC), na reunião da semana passada, foi de que os índices anuais de **inflação** vão, sim, apresentar uma redução "relevante" neste segundo trimestre de 2023. O informe aumenta, desta forma, a expectativa em relação ao índice oficial - o IPCA - que será divulgado na sexta-feira. Mas esse respiro nos preços não deve ser encarado como tendência porque a partir de julho a **inflação** vai se elevar, preveem os técnicos do BC. Os altos e baixos da **inflação** neste período são explicados pelo BC como resultado, em parte, pelo término da vigência da retirada de **impostos** sobre combustíveis, adotada pelo governo Jair Bolsonaro, e ainda pelos efeitos de medidas tributárias deste ano.

Boa parte do **comunicado** do Copom, divulgado ontem, é dedicada a elencar pontos de pressão sobre a **inflação** e circunstâncias que podem contribuir para essa desaceleração. Pesa, de um lado, o fato de as expectativas de **inflação** seguirem desancoradas das metas, "tendo havido uma pequena deterioração na margem". Conta a favor da desinflação o comportamento benigno dos preços no atacado de alimentos e produtos industriais, além de menor pressão das tarifas de energia elétrica por causa das chuvas abundantes.

E chamam a atenção as menções ao ritmo mais lento de queda dos preços, apesar dos juros de 13,75% vigentes no País. Essa "resiliência" da **inflação** está sendo observada também por outros bancos centrais.

A conclusão que se tira do **comunicado** do Copom, enfim, é que a questão dos juros é - e continuará sendo por mais um tempo - um aparente nó górdio. É uma situação complexa e delicada para consumidores e o mundo corporativo, e para o governo do presidente Lula. Mas é complicado também para a diretoria do BC, em constante ataque, muitas vezes expresso de forma deselegante, por decisões que eles consideram técnicas e corretas. É preciso paciência e serenidade, como enfatiza o BC, para que as medidas já tomadas reduzam, de fato, a **inflação**.

É preciso também uma atuação mais contundente de Brasília para que seja implementado o mais rapidamente possível o arcabouço fiscal. Sem uma base comprovadamente sólida no Parlamento, os ministros da área política e o próprio Lula deveriam arregaçar as mangas e ajudar a equipe econômica para que as normas sejam aprovadas. Não é o plano fiscal desejado por muitos economistas, mas é o que temos. E outros tantos especialistas - inclusive o time do BC - acreditam nos seus efeitos positivos, abrindo caminho, aí sim, para um ciclo consistente de cortes nos juros.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Relator faz bem em endurecer arcabouço fiscal (Editorial)

É esperado que o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator do novo arcabouço fiscal, apresente hoje ou nos próximos dias seu substitutivo ao texto encaminhado ao Congresso pelo governo. Ele tem prometido avanços.

A dúvida é se as melhorias serão suficientes para garantir que o arcabouço funcione. As regras para gestão e redução da dívida pública ao longo do tempo precisam, antes de tudo, ser confiáveis.

Sem punições e travas por descumprimento de metas, serão inócuas.

Cajado vem defendendo cortes de despesas se a meta fiscal não for atingida por ao menos um ano. A proposta é que haja gradação. Quanto mais longe do objetivo, maior será o aperto exigido do governo. Idem em caso de reincidência.

A lista de medidas em cogitação inclui proibição de reajuste aos servidores, contratação de pessoal, criação de cargos, concursos públicos, novas despesas obrigatórias, reajuste de gastos acima da **inflação** e renúncia fiscal.

A ideia é excelente, mas será preciso analisar a versão final de Cajado para saber se os cortes sugeridos bastarão para incentivar o governo a seguir o caminho da responsabilidade fiscal.

Ele também acerta quando dá a entender que imporá maior frequência aos relatórios periódicos de gastos e receitas.

Pelo projeto do governo, são quadrimestrais. Cajado quer uma publicação bimestral, como hoje. Ele deveria ir além, restaurando as obrigações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em particular, o mecanismo conhecido como "contingenciamento", pelo qual gastos são bloqueados quando os relatórios revelam risco de descumprimento das metas.

Cajado mostra lucidez ao dizer que seu texto reduzirá a lista de exceções aos limites criados para despesas (caso do pagamento do piso da enfermagem por estados e municípios ou da capitalização de estatais). Uma nota técnica das consultorias legislativa e orçamentária da Câmara defende ainda a redução de R$ 23 bilhões na base de gastos usada como referência no arcabouço, inflada em razão de despesas criadas no ano passado pela PEC da Transição sem atribuição de receitas correspondentes, como manda a LRF. Todas essas mudanças no projeto apresentado pelo governo são desejáveis.

Outro ponto da LRF atacado pelo governo, mas necessário, é a punição ao presidente da República e aos gestores que não atingirem os objetivos traçados.

Hoje o descumprimento é considerado crime de responsabilidade, e os críticos da LRF afirmam que isso tem tornado as metas menos ambiciosas. É um argumento frágil, já que a alternativa sugerida -uma sanção protocolar, sem nenhuma punição -seria um incentivo ainda maior à leniência fiscal.

A intenção declarada do governo é zerar o déficit em 2024 e alcançar superávits de 0,5% do **PIB** em 2025 e 1% em 2026. Mas o mecanismo anunciado para atingir esses resultados é deficiente, por depender demais do aumento na arrecadação. Com tudo o que o governo pretende gastar e a criação de regras débeis, tais metas são inatingíveis.

Na prática, o arcabouço representaria uma licença para aumentar a gastança, sob as mais variadas justificativas, com o aumento do endividamento público e deterioração da economia.

Cajado pode mergulhar no faz de conta do governo, em que o céu é o limite para gastar e nada de ruim acontece.

Ou pode dar o choque de realidade necessário para que o arcabouço tenha alguma chance de sucesso. Espera-se que escolha a segunda alternativa.

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Arcabouço: governo tenta evitar emendas ao texto

PAULO SERGIO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

'Timing'. Relator da proposta na Câmara, o deputado Cláudio Cajado ainda não decidiu se apresenta o texto nesta semana

MANOEL VENTURA E VICTORIA ABEL

Deputados e senadores da base do governo tentam conter parlamentares do PT que planejam apresentar sugestões de mudanças no arcabouço fiscal, seja por emendas ou por convencimento do relator da proposta na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA).

O deputado ainda não decidiu se apresenta o texto nesta semana. A intenção do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é votar o projeto na semana que vem.

A orientação da liderança de governo é que o diálogo com Cajado fique centralizado nos ministros de governo, como o chefe da Fazenda, Fernando Haddad, ou nos líderes na Câmara, José Guimarães (PT-CE), no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso Nacional, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O acordo que está sendo costurado entre o PT e a base aliada é que o Partido dos Trabalhadores não apresentará nenhuma emenda como forma de desencorajar as demais legendas.

-Não terão emendas do PT.

Os partidos da base não vão apresentar emendas. A orientação do governo é não apresentar emendas - disse Randolfe ao GLOBO.

MAIS INVESTIMENTO Apesar da orientação, petistas insistem, por exemplo, em abrir mais espaço para investimentos na proposta, como mostrou a colunista do GLOBO Bela Megale. Além do PT, integrantes de outros partidos de esquerda, como PSOL, Rede e PSB, também tentam mudar o texto. Uma das ideias é tirar o Bolsa Família da nova regra e afrouxar os parâmetros de crescimento real dos gastos.

O relator já disse que manterá a proposta do governo.

Pelo novo arcabouço fiscal, o aumento real das despesas será equivalente a 70% do incremento das receitas acima da **inflação**. Mas esse crescimento ficará limitado entre 0,6% e 2,5% ao ano.

Em busca de reduzir o fogo amigo, o líder do PT na Câmara, deputado Zeca Dirceu (PR), também negou que serão apresentadas emendas da bancada: -Por decisão do governo, o PT não apresentará emendas.

O deputado Carlos Zaratini (PT-SP) lembra, porém, que a apresentação de emendas individuais é um direito dos parlamentares: -Todo deputado tem a liberdade de apresentar emendas. É um direito do parlamentar. O que está em discussão é se terão emendas destacadas. Em cima do relatório dele (Cajado) é que vamos estudar se destacaremos emendas.

Segundo lideranças do governo, apenas haverá emendas e destaques se for um pedido do Ministério da Fazenda.

O discurso é que defender o texto do governo é uma obrigação do PT. Haddad deve ir à Câmara na quarta-feira para discutir o arcabouço.

Enquanto alguns petistas querem afrouxar, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira na Câmara defendeu, em nota técnica, a redução em pelo menos R$ 23 bilhões da base de gastos prevista com o novo arcabouço, o que teria impacto sobre as contas públicas a partir do próximo ano.

R$ 23 BI A MENOS DE GASTOS O Orçamento deste ano foi inflado em R$ 168 bilhões por meio da chamada "PEC da Transição", aprovada no fim do ano passado -desenhada para garantir o Bolsa Família e investimentos em infraestrutura. Com ela, as despesas livres do governo praticamente duplicaram.

A Consultoria da Câmara afirma, porém, que o aumento não foi acompanhado de novas receitas ou fontes compensatórias. "Criou-se um desequilíbrio estrutural em termos de déficit primário que, agora, o governo com medidas de receitas e com o marco fiscal proposto tentará equacionar ao longo dos anos", afirma o texto.

Assim, os técnicos da Câmara defendem que a base de gastos seja reduzida em pelo menos R$ 23 bilhões, que é o valor equivalente ao excesso de arrecadação de 2021 e foi todo destinado a investimentos.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Para economista-chefe do BID, tensão entre governo e BC é algo "natural"

O economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Eric Parrado Herrera, considera que a tensão entre governo e Banco Central entre o torno da taxa básica de juros é algo "natural", mas ele defendeu a atitude cautelosa na condução da política monetária.

"Essa tensão entre **inflação** e atividade econômica é uma tensão natural entre os governos e os bancos centrais", disse ele, no evento Brazil Summit, promovido pelo "Financial Times" em parceria com o Valor. Ele destacou, em painel que discutiu as condições macroeconômicas do país, que bancos centrais têm objetivo principal de controlar a **inflação**, seguido por um objetivo secundário de garantir estabilidade financeira.

Mesmo assim, sua ação favoreceria o crescimento. Ele ponderou que decisões de política monetária operam com defasagem de até dois anos sobre a **inflação** e que, se o Brasil e demais países da região mantiveram a postura cautelosa, vão colher benefícios nos próximos anos, com impacto positivo sobre o crescimento econômico.

"Se você olha as expectativas de **inflação** na região, elas estão convergindo para as metas, e esse é um componente importante na política monetária", afirmou Herrera. "Isso vai ajudar a atividade econômica no futuro." Na avaliação do economista do BID, no caso do Brasil, a **inflação** tem um componente externo, ligado à alta dos preços dos combustíveis, mas também há um componente interno.

Herrera elogiou o trabalho feito pelos bancos centrais da região, incluindo o Brasil, que subiram os juros mais rapidamente e de forma antecipada, comparado com as economias avançadas.

"Os países da região têm um histórico inflacionário, e não querem voltar para o passado." Ele destacou que o Brasil tem três desafios econômicos principais: desigualdades sociais, ajuste das contas públicas e a retomada do crescimento, que tem sido muito baixo comparado a outras economias.

Há, porém, oportunidades na garantia de segurança alimentar e na área de mudança climática.

O ex-presidente do Banco do Brics Marcos Troyjo opinou que o Brasil teve avanço na agenda de reforma nos últimos seis anos, mas agora haveria um ponto de interrogação sobre a manutenção e continuidade do que foi feito. "O Brasil é tão atrativo que talvez isso se sobreponha a essas incertezas de curto prazo", disse. "Mas seria muito melhor se as reformas fossem mantidas e aprofundadas."

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/187541?page=1&section=1